

# O CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

SUPLEMENTO DA GAZETA DAS CALDAS

COMEMORANDO O CENTENÁRIO DA INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

GAZETA DAS CALDAS TAMBÉM NÃO QUIS FICAR INDIFFERENTE ÀS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, QUE FOI FEITA POR REVOLUÇÃO POPULAR EM 5 DE OUTUBRO DE 1910.

NÃO O FIZEMOS MAIS CEDO POR DIFICULDADES EM REUNIR TODOS OS TEXTOS QUE HAVIAM SIDO PROMETIDOS, MAS VAI AGORA PARA AS MÃOS DOS NOSSOS LEITORES, NUMA MODALIDADE QUE FOI MUITO COMUM NA 1ª PARTE DO SÉCULO PASSADO: A PUBLICAÇÃO EM FASCÍCULOS SEMANAIS.

É UMA FORMA DE HABITUAR OS LEITORES A PROCURAREM OS TEXTOS E A CRIAREM O SEU PRÓPRIO SUPLEMENTO JUNTANDO AS FOLHAS QUE INSERIREMOS DURANTE TRÊS SEMANAS A PARTIR DESTA.

NESTE SUPLEMENTO REUNIMOS VÁRIAS CONTRIBUIÇÕES DE AUTORES LOCAIS E DE OUTROS PONTOS DO PAÍS, QUE MUITO GENEROSAMENTE OFERECERAM OS SEUS TEXTOS AO NOSSO JORNAL E QUE ASSIM PERMITEM QUE TODOS NÓS CONHEÇAMOS UM POUCO MAIS A HISTÓRIA DOS ACONTECIMENTOS DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NA NOSSA REGIÃO OU COM FIGURAS LIGADAS À NOSSA REGIÃO.

NA SENDA DE INÚMERAS INICIATIVAS ANTERIORES, GAZETA DAS CALDAS CONTRIBUI UMA VEZ MAIS PARA CRIAR PÁGINAS QUE VÃO SER MUITO APETECÍVEIS PARA OS CIDADÃOS DESTA REGIÃO NO FUTURO, DE FORMA A QUE POSSAM CONHECER MELHOR O SEU PASSADO HISTÓRICO.

À TODOS OS QUE COLABORARAM E TORNARAM POSSÍVEL CONCRETIZAR ESTE DOCUMENTO, OS NOSSOS AGRADECIMENTOS, EM ESPECIAL À ASSOCIAÇÃO PH - PATRIMÓNIO HISTÓRICO, SEM A QUAL NÃO SERIA POSSÍVEL LEVAR POR DIANTE ESTE PROJECTO.

GAZETA DAS CALDAS

EM QUE MEDIDA A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA AFECTOU UMA COMUNIDADE COMO A DAS CALDAS DA RAINHA A 5 DE OUTUBRO DE 1910? DE QUE MODO VIVEU A VILA DAS CALDAS ESSA TRANSFORMAÇÃO PROFUNDA DA POLÍTICA E DA SOCIEDADE PORTUGUESA? COMO SE POSICIONARAM E RECOMPUERAM AS ELITES LOCAIS NA SEQUÊNCIA DA REVOLUÇÃO? E A IMPRENSA E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO COMO REAGIRAM? QUAIS OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS LOCAIS E REGIONAIS E ATÉ QUE PONTO ESTES REFLECTEM OU ESPECIFICAM A TENDÊNCIA GERAL DO PAÍS? E QUEM FORAM OS SEUS PROTAGONISTAS?

ESTAS SÃO ALGUMAS DAS QUESTÕES A QUE A ASSOCIAÇÃO PATRIMÓNIO HISTÓRICO PH - GRUPO DE ESTUDOS, EM MAIS UMA PARCERIA COM O JORNAL GAZETA DAS CALDAS, SE PROPÕE RESPONDER ATRAVÉS DA PUBLICAÇÃO DE UM CONJUNTO DE ESTUDOS SOBRE AS CALDAS E A SUA REGIÃO REFERENTES AO PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA. REUNIDOS EM SUPLEMENTO, NAS PÁGINAS DESTA JORNAL, AO LONGO DAS TRÊS PRÓXIMAS SEMANAS, SE DÃO A CONHECER OS ESTUDOS DE ASSOCIADOS E DE CONVIDADOS DO PH E DA GAZETA DAS CALDAS NUMA INICIATIVA QUE SE INSCREVE NAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA E QUE TEM COMO OBJECTIVO CONTRIBUIR PARA UM MAIS CLARO CONHECIMENTO DAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO PERÍODO REPUBLICANO.

PH - GRUPO DE ESTUDOS -

Dezembro 2011





## [ÍNDICE]

2. Transcrição da carta que Henriques Pinto, médico do Hospital Termal, escreveu ao Presidente da República, Manuel de Arriaga. (Introdução: Isabel Xavier)

3. Dia 1 de Dezembro, dia da bandeira (Isabel Xavier)

4. Rafael Bordalo Pinheiro e António José de Almeida morte e vida de dois republicanos (Luís Reis Torralja) (Alexandre Ramires)

5. Da monarquia à república através dos jornais caldenses (Carlos Querido)

6. "Imagens" das Caldas da Rainha na Primeira República (Stéfano Neto)

7. Procura uma aproximação paradoxal-almbramentos e aporias da razão da argumentativa (Amílcar Coelho)

8. O Dr. Leão Azedo e o Major Sangreman Henriques - dois caldenses na Revolução. (Mário Tavares)

9. A integridade republicana do Major Artur Celestino Sangreman Henriques (Mário Tavares)

10. A 1ª República e o Hospital Termal das Caldas da Rainha (Nicolau Borges)

11. República e Espaço Público (Isabel Xavier)

12. As lutas da República (Joana Tornada)

13. Malhos, Columbano e a República (Luíslia Costa)

14. O Trabalho e a República - algumas notas (Cristina Rodrigues)

15. Claria aos vencedores! (Isabel Castanheira)

Director  
José Luiz de Almeida Silva

Coordenador  
Carlos Cipriano

Grafismo:  
Carla Caiado  
Carlos Reis

Impressão: Naveprinter

Redacção  
Rua Raul Proença, 56 C  
2500 - Caldas da Rainha

Editor / Proprietário  
Cooperativa Editorial Caldense, srl

Nr. Registo: ICS 106.891  
De acordo ao nr. 1 do artigo 6º  
do Decreto-Lei nr. 645/76

Este suplemento é parte integrante da edição da Gazeta das Caldas, Dezembro 2011, não podendo ser vendido separadamente.

## Transcrição da carta que Henriques Pinto, médico do Hospital Termal, escreveu ao Presidente da República, Manuel de Arriaga:

A 2 de Abril de 1915 houve tumultos nas Caldas da Rainha. Deles resultou um morto, João Daniel, assassinado com um tiro à queima-roupa. Vários indivíduos foram presos, entre os quais, José dos Santos Germano - "pronunciado sem fiança", Branco Lisboa e António Lopes Oliveira que saíram sob fiança. Foram encontradas bombas na redacção d' *O Defensor*, jornal local ligado ao Centro Republicano Cândido dos Reis. O alvo principal dos desacatos foi Custódio Maldonado Freitas, farmacêutico, republicano de longa data e que foi um dos protagonistas das lutas locais travadas entre republicanos antigos e recentes, mais conhecidos por "adesivos".

Henrique Pinto, médico do hospital termal, escreveu uma carta ao Presidente da República, Manuel de Arriaga, com o relato dos acontecimentos desse dia. A publicação deste documento inédito só é possível devido a Dra. Natália Correia Guedes, a quem agradecemos o facto de ter proporcionado ao PH o acesso a essa carta.

**Em apontamento, ao canto superior esquerdo, pela mão do destinatário: "11 / D'amigo, informando dos acontecimentos das Caldas"**

É possível que Vossa Excelência tenha interesse em conhecer a verdade sobre o que deu lugar aos crimes praticados em Caldas no dia 2 de Abril, por isso lembre-me de lhos dizer muito resumidamente:

O farmacêutico Maldonado Freitas é homem novo, inteligente, honesto, sinceramente republicano, mas é autoritário, ambicioso, vaidoso e imprudente. Dedicou-se com febril actividade a desmascarar abusos de funcionários públicos que aproveitavam a muitos indivíduos que de longa data andavam na política com o fim de satisfazer interesses ilegítimos, mas procedeu por forma irritante e por isso os seus numerosos inimigos quase todos ignorantes, autoritários, e maus, há tempo que o ameaçavam, e esperaram a ocasião da semana santa que atraino o público ignorante das aldeias para com ele mascararem a agressão.

O administrador do conchelo não procedeu contra os agressores: é íntimo amigo de Vitorino Froes, político monárquico sem escrúpulos pelo que para aqui foi empurrado do conchelo de Alocação pelos republicanos, e é considerado o chefe dos caçeteiros que quase todas as noites praticavam agressões. O farmacêutico só deitou as bombas depois de lhe arrombaram as portas. Continuarão apenas cloreto de potassa, não mataram nem feriram ninguém gravemente. Roubaram-nos, queimaram-nos os móveis e estragaram tudo o que tinha na farmácia. No mesmo dia foram atacadas outras casas e foi morto por engano um pobre jornalista: supunham-se que era um amigo do farmacêutico. Presentemente não existem aqui garantias de segurança para os que não pertencem ao partido de Vitorino Froes.

Tenho cumprido com os meus deveres e ninguém pode acusar-me de proceder mal como médico, ou como cidadão, mas porque não encubro a repugnância que me causam os processos políticos seguidos pelos chefes dos caçeteiros estou incluído no número dos que andam ameaçados.

Espero que não levará a mal esta informação, e creia que muito desejo que passe sem maiores desgostos a crise política que o por aí atravessa.

Sou com verdadeira consideração de Vossa Excelência, amigo e muito reconhecido (!)

Henrique dos Santos Pinto  
Caldas da Rainha 7 de Maio de 1915

## Dia 1 de Dezembro, dia da bandeira

Isabel Xavier - (PH - Grupo de Estudos)



Na sequência da implantação da república no dia 5 de Outubro de 1910, foram escolhidos os novos feriados nacionais. Eram cinco, tendo sido atribuído significado próprio a cada um deles. Assim, instituiu-se o dia 1 de Janeiro como dia da fraternidade universal; o dia 31 de Janeiro, que evocava o golpe falhado de implantação da república, a partir do Porto, em 1891, era o dia dos precursores e mártires da república; o dia 5 de Outubro era o dia dos heróis da república e o dia 1º de Dezembro, dia em que Portugal recuperara a independência relativamente a Castela em 1640, era o dia da autonomia da pátria portuguesa. O quinto feriado era o dia 25 de Dezembro que passou a ser designado como dia da família. As câmaras municipais foram autorizadas pelo novo poder republicano a decretarem o dia primeiro de Maio, dia do trabalhador, feriado municipal. O dia 10 de Junho, em que se evocava a morte de Camões, e que tinha passado a ser feriado municipal em Lisboa, numa proximidade de calendário tendente a substituir as festas em honra de Santo António do dia 13 de Junho, tornou-se feriado nacional em 1925, ainda durante a vigência da Primeira República. O dia 10 de Junho acabaria por conquistar ao dia 1º de Dezembro o lugar de feriado mais importante na celebração da nacionalidade portuguesa.

Se excluímos o dia 31 de Janeiro que deixou de ser feriado na década de 50 do século XX, e o dia 25 de Abril que (logicamente) só passou a ser comemorado após 1974, datam da 1ª República todos os feriados de carácter cívico que ainda hoje persistem em Portugal. Aliás, não deixa de ser uma ironia da História que se projecte aboutir os feriados de 1 de Dezembro e de 5 de Outubro, particularmente este último, exactamente após as Comemorações do Centenário da República.

O feriado de 1 de Dezembro foi decidido pelo Governo Provisório no dia 23 de Novembro de 1910 e logo nesse ano foi festejado com o dia da bandeira. A nova bandeira republicana, essa "representação objectiva da pátria", como é descrita no decreto que a institui, foi hasteada por todo o território nacional, em celebrações de carácter cívico e comemorativo destinadas a reforçar o sentimento nacional de apoio ao novo regime. Nesse mesmo dia se instituiu *A Portuguesa* como hino nacional. Em conjunto com a nova moeda, o escudo, em substituição do real, a bandeira e o hino constituíram os símbolos fundamentais da soberania nacional. Pelo que, à excepção do escudo, entretanto substituído pelo euro, datam do período republicano os principais elementos da iconografia simbólica da nacionalidade portuguesa em vigor.

Estava em curso o processo de laicização da sociedade portuguesa iniciado a 5 de Outubro de 1910. O Culto Cívico, que devia substituir o Culto Religioso, assumia papel decisivo na construção de uma identidade republicana, indispensável ao pleno triunfo do republicanismo em Portugal. As festas serviam também para estimular sentimentos cívicos e patrióticos. Procurava-se a fusão das ideias de Pátria, de Nação e de República. Neste âmbito os símbolos eram profundamente valorizados, com destaque para a bandeira e o hino, pela capacidade mobilizadora que possuíam. Teófilo Braga, grande pensador português e primeiro presidente da república após 5 de Outubro de 1910, anunciou a "revivência nacional pela república". Na mensagem republicana estava implícita uma visão messiânica e prometia, na qual se integravam um tempo e um calendário novos, de cariz republicano.

Como diz Fernando Catroga, a festa revolucionária era "uma expressão simbólica da paixão de

futuro (típica do homem moderno), a teatralização de uma ontologia progressista da história, ou, talvez melhor, da própria utopia, corporizada na convicção de que o rito, ao conservar através da repetição, também podia ser posto ao serviço da instauração de uma nova sociedade." (Catroga, *O Cão da Memória*, p.233)

No dia 1º de Dezembro de 1910, em Lisboa, a nova bandeira nacional foi levada em cortejo desde o edifício da Câmara Municipal, lugar simbólico por ter sido da sua varanda que José Relvas proclamou a República, até ao monumento aos restauradores da independência de Portugal, em 1640. Segundo as notícias da época, nesse cortejo se incorporaram, ou a ele assistiram, muitos populares, apesar da chuva intensa que se fazia sentir.

As comemorações ocorreram em todo o país. Nas Caldas da Rainha, como nos conta a republicana d' *O Circulo das Caldas*, publicada no dia 8 de Dezembro de 1910, "Ao romper da aurora subiram ao ar inúmeros fogos, e a filarmónica admissa, acompanhada por membros da comissão municipal e por muito povo, percorreu as principais ruas à vila, executando a Portuguesa e o hino da Restauração." Como estas festividades configuravam ocasiões propícias à marcação de território político, *O Circulo das Caldas*, jornal que transitara incólume do antigo para o novo regime, dá a uma versão dos factos, destacando as festas eram realizadas pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal, por assim ter sido decidido pelo governo provisório. José Pedro Ferreira, director deste jornal e um dos fundadores do novo republicano Miguel Bombarda, destaca ainda o discurso proferido pelo professor Manuel José António, milite do mesmo centro.

A nova bandeira republicana foi levada em cortejo e hasteada no edifício da Câmara Municipal pelo presidente da Câmara, João António Duarte. Artur Leiria, administrador do conchelo, discursou para o povo que se encontrava reunido na Praça da República. O cortejo organizou-se a partir do Teatro Pinheiro Chagas, tendo percorrido as principais artérias da vila "debaixo de uma chuva impertinente". Contou com a participação das associações locais, dos colégios oficiais e particulares, dos magistrados judiciais, dos empregados do hospital Rainha D. Leonor e de outros funcionários públicos, para além de muito povo anónimo que se foi incorporando. Participaram ainda as filarmónicas de Ados-Franços, Landal, Santa Catarina, Caldas, e os Bombeiros Voluntários. "As filarmónicas executaram durante o percurso a Portuguesa e os hinos da Restauração e da Maria da Fonte. Os alunos dos diferentes colégios empunhavam bandeiras republicanas, tornando o cortejo muito vistoso."

A proposta da bandeira tinham sido travados intensos debates políticos. A principal razão da discordância consistia nas cores que nela deveriam figurar. Muitos consideravam que, tal como haviam transitado da bandeira da monarquia à esfera azular e os castelos, deveriam manter-se as cores azul e branca na bandeira republicana. Venceu a versão proposta por Columbano Bordalo Pinheiro, verde e encarnada, cores da bandeira republicana, à qual se juntaram os símbolos nacionais despojados da coroa monárquica. Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, filho de Rafael Bordalo Pinheiro e sobrinho de Columbano, veio a reproduzir a bandeira nacional em peças de cerâmica da sua fábrica das Caldas, com destaque para papeleiras e cinzeiros.



# Rafael Bordalo Pinheiro e António José de Almeida

## morte e vida de dois republicanos

Lúis Reis Tongal  
Alexandre Ramirez

a Galeria Republicana, dirigida por Sebastião Magalhães Lima, encontramos Rafael Bordalo Pinheiro, não exemplar datado de Junho de 1882. A sua intervenção nas várias revistas e jornais da época não deixam dúvida quanto à ideologia de Bordalo e não poderemos nunca dizer — embora o possamos prever — que o caricaturista e desenhador de excepção, se tivesse vivido depois do 5 de Outubro de 1910, não teria continuado a ironizar os políticos da República, como fizeram muitos dos seus seguidores, alguns monárquicos (é certo), mas outros intrinsecamente republicanos.

A morte de Rafael Bordalo em 23 de Janeiro de 1905 não possibilita qualquer presságio para além desta data, ainda a cerca de cinco anos da implantação da República. O que importa é a imagem que dele ficou e a verdade é que a sua morte foi sentida sobretudo em artigos de jornais republicanos, como sucedeu com *O Século* de 31 de Janeiro (data bem significativa, pois data desse dia, no ano de 1891, a primeira tentativa de proclamação da República, no Porto), onde foi homenageado, mesmo na capa, com uma caricatura de Jorge Colaço. E o seu funeral teve, indubitavelmente, uma presença relevante de militantes da República, a começar no seu orador fúnebre, António José de Almeida, que assim entrava na vida política da capital, onde tudo se jogava e joga, depois de ter passado cerca de sete anos como médico em S. Tomé e após ter percorrido alguns países da Europa, mas sobretudo a França, em viagem profissional, de lazer e de tratamento thermal.

Sobre a actuação de Almeida nesse funeral, eis as palavras de Rocha Martins, que, depois do regicídio, virá a reivindicar a sua posição de monárquico liberal:

Sabe quem é? Quem acabou de falar? Mas que eloquência! Não é conhecido...

Aproximei-me. Vi um homem de olhos negros muito vivos, cabelo e barba comprida, à Guise, a quem aplaudiam, em rumor discreto — como convinha à cerimónia...

Era em 24 de Janeiro de 1905, no cemitério dos Prazeres, sob a delida sombra dos ciprestes, no funeral de Rafael Bordalo Pinheiro.

João Chagas, que colaborara, até ao fim, na "Paródia", o último jornal do notável caricaturista e artista da cerâmica, dirigira os turnos e ficara-se também extático. Disse-me:

—Sabia que ele era um grande orador, mas nunca o ouvira...

O nome de quem discursava daquela maneira arrebatadora correa de boca em boca, mas só alguns o conheciam.

António José de Almeida, que acabava de reconquistar as admirações do seu passado, ganhara renome em Coimbra [...]. Ali mesmo, na necrópole, o meu velho amigo Artur Leitão, cuja saudade me punge, evocou, para mim, o seu companheiro de Universidade que, por um lance da sua existência, se celebrizara em 1890.1

Depois do discurso fúnebre a José Falcão, carismático republicano, lente de Matemática, no cemitério de Santo António dos Olivais em Coimbra, a 15 de Janeiro de 1893, e de outros discursos para homenagear republicanos falecidos, alguns simples cidadãos anónimos, António José proferia, pois, a oração em homenagem póstuma a Bordalo Pinheiro, em representação do Partido Republicano2. A morte — dos "génios" ou "a morte da Pátria" (conforme a imagem da época, tipo usada por altura do *Ultimatum*, em 1890) — parecia marcar o compasso do seu sucesso político. A sua palavra entusiástica caracterizava assim o "grande combatente" da arma do riso:

Sim! Ele riu, isto é, destruiu, demoliu, desmantelou. Durante anos arremessou contra todo o mundo das tiranias e de preconceitos, granadas de sarcasmo e de ridículo. Foi, na cidadela da troça, o soldado heróico da gargalhada. Mas — e é consolador confessá-lo — na paliçada última a que se recolheu o patriotismo ultrajado, ele foi, sempre, uma nobre figura de guerreiro e patriota.

É, pois, o artista e o patriota que Almeida venera — o "rebento florido" que brotou do "tronco velho da nossa raça". A sua rebeldia justificava-se, segundo o orador, porque ele era a "árvore portentosa" que mergulhava as suas raízes na "alma popular" — "o melhor da nossa

vingança canalizou-se pelo bico do seu lápis". Falou de depois António José de Almeida — caricatura do "Povo português feito Prometeu, algemado, de músculos estrididos, estrebuchando numa concentração de energias, lacerado pelo abutre voraz que nele mata a sua forma secular" — caricatura do António Maria, de 1881, que Bordalo intitulou "Estátua em barro cozido de Lourenço Marques" (o tratado que ali se realizou, em 30 de Maio de 1879, e que, dando bastantes direitos aos ingleses, representados na caricatura pelo "abutre", pôs em causa o domínio do nosso território em África). Esse desenho simples leva Almeida, numa comparação eloquente e desproporcionada, a falar dos mármores de Rodin e de Metunier, que admirara em Paris. E, numa lógica de arte *engagée*, ao serviço da ideologia, conclui: "Vê a gente rudo, mas nada levanta os nossos corações, nada ergue e faz vibrar a nossa alma como a figura assombrosa, a qual me refiro".

Numa lógica historicista, mergulha então na "figura melancólica e triunfante" de Henriques Nogueira, mais considerada que o Centenário de Camões, "a festa à memória do grande português dos *Lusitadas*, ou prologo da ressurreição da nossa raça", na qual colaboraram Guilherme de Azevedo, Pinheiro Chagas, Ramalho, Teófilo... E nela participou também, activamente, Rafael Bordalo Pinheiro:

Pois bem: nessa festa foi o pulso ilustre de Rafael Bordalo que pôs, na frente erguida do meu partido, os santos óleos da Revolução!

É esta parte, a parte demolidora da sua obra, que eu, representando aqui os direitos morais do meu partido, não cedo a ninguém. De resto, pessoa alguma tem direito a queixar-se. A obra de Rafael, na sua simplicidade estranha de obra artística, patriótica e de moralidade, chega bem para os cinco milhões de habitantes da nossa Pátria. Partam-na em pedaços e caberá um fragmento a cada um."

Assim, os seus correligionários ficaram satisfeitos: os "intelectuais, que na solidão do seu gabinete fazem a laboração amorosa do nosso credo, e os humildes camponeses das nossas aldeias, que, sofrendo na sua miséria secular, nos seguem, a nós, os tribunos do povo, mais pelo sentimento e pela paixão do que propriamente pela razão".

"Tribuno do povo" — era, pois, como se considerava António José de Almeida, entendendo que o "seu partido", o Partido Republicano, era o único que representava os pobres. Foi esta fé romântica que o levou a uma militância sem limites, que, embora já se verificasse antes, entrou num rumo mais interveniente a partir desse ano de 1905. Agora ele estava em Lisboa, onde a política se decidia. Em breve seria deputado do PRP, participaria nas intenciones republicanas, aderiria à Maçonaria em 1907 (iniciandose na loja Montanha, n.º 214, de Lisboa, adoptou o nome de uma figura histórica bem portuguesa, Álvaro Vaz de Almada, Conde de Avranches, um dos companheiros do Infante D. Pedro, morto com ele em Alfarrobeira). E estaria no 5 de Outubro, viria a ser ministro do Interior do Governo Provisório (o ministério com mais amplas e variadas funções), lideraria o Partido Evolucionista, envolver-se-ia nas "guerras da República" tendo como adversário principal Afonso Costa e o Partido Democrático, seria outra vez deputado, Presidente do Conselho de Ministros da "União Sagrada" (de pretendida reconciliação partidária durante a Guerra) e, por fim, Presidente da República, sendo o único mandato constitucional completo, de 1919 a 1923.

Mas o seu grande momento de reinício de acção política — depois da sua militância de estudante, durante o *Ultimatum* e no 31 de Janeiro de 1891, e da defesa dos valores republicanos durante a estadia em África — foi, pois, o enterro do artista nacional, de Lisboa e das Caldas da Rainha, que também foi um grande artista do mundo, no dia 24 de Janeiro de 1905. Assim nascia um dos mais importantes políticos da República e fundava a admirável vida de Rafael Bordalo Pinheiro. Mas, seguir-se-á o seu filho, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, que já o acompanhara na sua carreira, e um naipe de caricaturistas que o terão como referência. Rafael será sempre o grande modelo. Por isso figuras como o Zé Povinho permanecem vivas até hoje e continuarão a ironizar a vida política portuguesa.



1 "Doutor António José de Almeida", in Portugal dos nossos dias, Vermelhos, brancos e amais. Vol. II, Lisboa, Organizações Crisalis, 1950, p. 279.

2 Discurso proferido no funeral de Rafael Bordalo Pinheiro, em 24 de Janeiro de 1905, no cemitério dos Prazeres, in António José de Almeida, Quarenta anos de vida política e literária, vol. I, Lisboa, J. Rodrigues e C., 1933, pp. 91-97.



# Da monarquia à república através dos jornais caldenses

Carlos Queirido



## 1. Uma vila de monárquicos?

Quem se limite aos antigos jornais da vila termal, poderá erradamente concluir que antes de 5 de Outubro de 1910 apenas a habitavam fervorosos monárquicos.

O *Caldense*, publicado entre 1884 e 1894, sucessor da breve experiência de *O Demócrito*, na edição n.º 459, de 6 de Agosto de 1893, questiona-se com ênfase retórica: «Acredita alguém na possibilidade de implantação do sistema republicano em Portugal?»; responde com a convicção da unanimidade: «Cremos todos responder que não»; e fundamenta: «Temos uma liberdade ilimitada, muito mais ampla, do que nos países mais republicanos».

Presença assídua na vila e nas páginas dos seus jornais, a família real era recebida com enlevo grato e reverente<sup>1</sup>, normalmente na estação de comboios onde a aguardavam «autoridades superiores do distrito, camara municipal, juiz de direito, delegado e pessoal do juízo da comarca, (...) administração e médicos do hospital e muito povo»<sup>2</sup>, manifestando-os os caldenses unidos em volta do seu rei «num amplo íntimo fraternal onde a adversidade política tão distintamente se esquecia»<sup>3</sup>.

O *Futuro das Caldas*, na sua primeira edição<sup>4</sup>, proclama em editorial «E bradamos. Salve! El-Rei!», e já depois do regicídio, quando D. Manuel II visita a vila, *O Circulo das Caldas* refere a potêntica recepção popular na estação do caminho de ferro, interpretando-a como «a clara demonstração das arrojadas convicções monarchicas da região que tem por sede a terra profundizada pela virtuosa Rainha D. Leonor de Lencastre»<sup>5</sup>.

Mas também por cá existiam republicanos, «um grupo numeroso» denunciado pelo *Echos das Caldas*: «deu-lhe na cabeça para andar a dar vistas a Republica pelas principais ruas da villa», passando junto do administrador do concelho, que se limitou «a observar o efeito das bandeirinhas vermelhas».

## 2. A agonia do regime monárquico

Na edição de 20 de Maio de 1907, *O Circulo das Caldas* lamenta «a dissolução das cortes e o início da grande ditadura», e a partir dessa data, em sucessivos editoriais,<sup>6</sup> critica João Franco e o rei «que pouca ou nenhuma importância deu aos clamores e aos protestos», concluindo que «a ditadura continua a ferir gravemente a monarchia»<sup>7</sup>.

O sismo político provocado pela entrevista dada por D. Carlos ao jornal francês *Temps*, na qual o rei assume a paternidade da ditadura e reconhece em João Franco «garantias de carácter», abala o precário edifício do regime monárquico e chega às páginas de *O Circulo*<sup>8</sup>.

Sentem-se insultados os fiéis monárquicos que haviam antecedido Franco no governo, e o jornal caldense não perdoa ao rei «que viesse a publico assumir a responsabilidade de actos que a constituição lhe prohibe e fazer declarações que o tornam incompatível com velhos e dedicados servidores da patria e da monarchia».

O regicídio de 1 de Fevereiro de 1908 merece destaque no *Circulo*<sup>9</sup>, que o associa às «infelicitadas declarações feitas por El-Rei D. Carlos ao sr. Galtier, redactor do *Temps*», concluindo o jornal caldense que a tragédia do rei veio «mostrar quanto eram sensatos e leaes os avisos das opposições monarchicas».

Na edição de 20 de Fevereiro, *O Circulo das Caldas* transcreve um texto onde refere a acação que sucede à morte do rei, tragédia sem inocentes e com julgamento adiado: «Rei e Principe dormem já nos seus tumulos faustosos (...) os regicidas repousam em sepulchras rasas, no seio mysterioso da terra creadora. Sublime, egalitaria, a morte veniu-os (...) no mesmo destino. (...) A historia os julgará a todos (...)».

A polémica dos adiantamentos chega às páginas de *O Circulo* na edição de 20 de Julho de 1908, com a intransigente defesa de D. Manuel II, que «leal e nobremente se declarou «prompto a descontar dos seus honorarios o a pagar dos seus bens particulares todos os dinheiros indevidamente recebidos pela Casa Real».

*O Echos das Caldas* transcreve em editorial o testamento de Manuel Buça, um dos homicidas do rei, datado de 28 de Janeiro de 1908 e testemunhado por Aquilino Ribeiro, concluindo que o crime foi premeditado e resultou de uma conspiração, não tendo como causa directa o famigerado decreto de expulsão dos contestatários, assinado pelo rei dois dias antes do regicídio<sup>10</sup>.

A acação que se segue à morte do rei é perturbada pela luta entre os monárquicos, constituindo «um magnifico ensino para a propaganda republicana» e para os «adversários das instituições»<sup>11</sup>, situação lamentada pelo *Circulo*, que não perde a fé no regime: «a grande maioria do país, indiscutivelmente quer ser administrada por uma monarchia liberal»<sup>12</sup>.

Único jornal da vila que acompanha a transição para a República, *O Circulo das Caldas* da conta da instabilidade política que se vive no parlamento, onde já se grita «abaixo a monarchia», e cita imprensa estrangeira que afirma que «o throno de Portugal, na verdade, não está nada seguro»<sup>13</sup>.

Passam pelas suas páginas tumultos no parlamento, que o jornal caldense considera «que se vae tornando a coisa mais reinada deste mundo»<sup>14</sup>.

Perante a iminência da revolução, *O Circulo* defende o ideal monárquico, conclui que «atacar o rei é fortalecer o inimigo»<sup>15</sup>, e contesta «essa grande illusão collectiva da Republica»<sup>16</sup>.

## 3. Depois de 5 de Outubro

A revolução triunfou e *O Circulo* continua a ser o único jornal caldense, agora amargurado e «sobre a impressão d'um terrivel pedestal», como confessa no editorial de 11 de Outubro: «Somos das vencidos os mais humilides; curvamos, pois, perante os vencedores».

Durou poucos dias o luto, e no editorial de 21 de Outubro de 1910 o velho jornal caldense justifica a súbita mudança: «Da nossa adhesão á republica nada mais queremos que o bem da patria e o que as Caldas da Rainha possa com justiça haver do novo regimen».

Das edições seguintes, o antigo jornal monárquico celebra a festa republicana da bandeira<sup>17</sup>, define como causas do êxito da República o facto de a monarquia se ter «corrompido e desmoralizado, pervertido e inquirado tão profundamente»<sup>18</sup>, saída a chegada à vila, de Afonso Costa<sup>19</sup>, exulta com a proclamação da República pelas Constituintes<sup>20</sup>, e condena a tentativa de restauração monárquica<sup>21</sup>.

Radical e panfletário, o *Direito do Povo* nasce em Novembro de 1910, celebra a libertação do país «oprimido e vexado», «asaphisizantes das mãos criminosas d'um torpe regimen de corrupção, veniaça e tyrannia», exulta com o fim do «doche da gamella e chama «escumalhera de alforja» aos monárquicos da vila que se precipitam a aderir ao regime triunfante.

No dia 1 de Dezembro de 1913, nasce *O Defensor*, que na sua primeira edição se afirma «sem partidatismo aligum e não ser o do regime que reger este País», denunciando na edição de 7 de Dezembro a perturbação do «socego da vila por um grupo de arruaceiros pagos pelos monárquicos».

*O Viroso*, no seu primeiro número, em 11 de Outubro de 1914, insurge-se contra a apatia da vila: «Ficámos banizados com os festejos de 5 de Outubro (...) sem a mais pequena manifestação de gozejo (...) Pobre Republica! Ena digna de melhor sorte!».

Republicano assumido, este semanário caldense «desperparado com pretensões a humorístico», descreve com ironia as ineficazes e infrutíferas tentativas dos «comerciantes inteligentes» para alterar o nome de um dos mais populares símbolos monárquicos, o «Bolo-Rei», que sucessivamente apelidam de «Bolo Nacional», «Bolo Presidencial» e «Bolo Português».

Em Maio de 1920 surge *O Regionalista*, que nos seus editoriais mantém essa a chama revolucionária que o tempo persiste em apagar.

A *Verdade* nasce no 10 de Julho desse ano, ergue-se contra a «politiqueza nefasta» e declara solene no primeiro número: «simplesmente nos move a nossa boa vontade de levantarmos, se isso nos for possivel, o nome desta malfadada terra que é Caldas da Rainha», fazendo um apelo vigoroso na edição de 17 de Dezembro: «Caldenses: fora a politica! Univos para o bem de Caldas da Rainha».

Cinco anos depois, a *Gazeta das Caldas* no seu primeiro editorial afirma-se «livre em absoluto, de toda a politica de partidarios», e propõe «que se abataem bandeiras, que se esqueçam agravos, que se compartilhe do mesmo affecto».

Nas décadas seguintes, a história da imprensa caldense irá confundir-se com a história deste jornal.

<sup>1</sup> *O Caldense*, n.º 301, 29/06/1890.

<sup>2</sup> *O Caldense*, n.º 304, 20/07/1890.

<sup>3</sup> *O Caldense*, n.º 441, 26/03/1893.

<sup>4</sup> 1 de Agosto de 1896.

<sup>5</sup> Edição de 20 de Outubro de 1909.

<sup>6</sup> Edição n.º 42, 26 de Agosto de 1909.

<sup>7</sup> Edições de 1.08.1907, 20.06.1907, 1.07.1907 e 10.07.1907.

<sup>8</sup> *O Circulo das Caldas*, n.º 580, 22 de Setembro de 1907.

<sup>9</sup> *O Circulo das Caldas*, n.º 585, 20 de Novembro de 1907.

<sup>10</sup> *O Circulo das Caldas*, n.º 593, 9 de Fevereiro de 1908.

<sup>11</sup> *Echos das Caldas*, n.º 18, 8 de Novembro de 1908.

<sup>12</sup> *Echos das Caldas*, n.º 36, 5 de Junho de 1909.

<sup>13</sup> *O Circulo das Caldas*, 10 de Novembro de 1909.

<sup>14</sup> *O Circulo das Caldas*, 20 de Novembro de 1909.

<sup>15</sup> *O Circulo das Caldas*, 10 de Abril e 2 de Julho de 1910.

<sup>16</sup> *O Circulo das Caldas*, 20 de Julho de 1910.

<sup>17</sup> *O Circulo das Caldas*, 1 de Outubro de 1910.

<sup>18</sup> *O Circulo das Caldas*, 8 de Dezembro de 1910.

<sup>19</sup> *O Circulo das Caldas*, 20 de Janeiro de 1911.

<sup>20</sup> *O Circulo das Caldas*, 2 de Abril de 1911.

<sup>21</sup> *O Circulo das Caldas*, 24 de Junho de 1911.

<sup>22</sup> *O Circulo das Caldas*, 1 de Novembro de 1913.



# “Imagens” das Caldas da Rainha na Primeira República

Sérgio Neto

Quando alguém referiu que a República chegou às Caldas de automóvel e não de telégrafo, evocando para o efeito a famosa frase de João Chagas, apenas constata-se a proximidade física e cultural de Lisboa. Uma proximidade quase de sentido único, na medida em que, desde meados do século XIX, o Hospital Termal vinha exercendo grande atração nas elites sedeadas na capital. Por exemplo, o jovem Norton de Matos, depois notável político da República, aproveitava a estação quente de 1888 para rumar ao Oeste, declarando aqui vir encontrar uma “estação de águas de luxo”.

Com efeito, não apenas nas Caldas, mas um pouco por toda a Europa, as estâncias termais e balneares, assim como os sanatórios, tornaram-se palco para os estratos superiores da sociedade afirmarem o seu estatuto. As próprias classes médias não escaparam ao sortilégio – basta lembrar a Vieira de Leira de *O Crime do Padre Amaro* (1875) –, cabendo às últimas décadas a tarefa de democratizar a frequência desses espaços. Sendo impossível deixar de conjugar o seu aparecimento com as práticas higiénicas e médicas da época, não resulta menos tentador relacionar esta procura de saúde e de entretenimento com o sentimento de declínio experienciado pela Europa finissecular. Um escritor como Thomas Mann, ao fazer decorrer a acção do seu livro, *A Montanha Mágica* (1924), num sanatório dos Alpes suíços, traça o paralelo entre a doença das personagens e a suposta enfermidade moral da Europa. Por isso, alguns defendiam um regresso às origens. Outros, novas soluções. Eram os tempos dos “ismos”.

Assumindo a missão de “ressurgir”, como antes a Monarquia assumira a de “regenerar”, a República pregou uma nova ética, que deveria arrancar Portugal das amplamente propagandas ideias de decadência, estagnação e obscurantismo, tendo assacado à Igreja parte da responsabilidade. Era assim que, na Câmara dos Deputados, em 1912, no calor da disputa política, se acusava o Hospital das Caldas de ser “uma coleção de cônegos e bem gordos que alguns são”. Ou que, três anos volvidos, a então vila era sacudida pelo anticlericalismo, com violentos confrontos a ensangantar uma procissão. De resto, fotografias dos inícios dos anos 20 mostram como homens armados escoltavam o peculiar ritmado religioso que atravessava as dunas de Salir do Porto, bordejando a baía, em direcção à capela de Sant’Ana.

O tumulto voltaria à ordem do dia, quando, em Fevereiro de 1916, várias tentativas de atentados a bomba e o assassinato de um cidadão simpatizante do Partido Evolucionista sobressaltaram o meio caldense, provocando a debandada de muitas pessoas. Jornais e parlamento chamaram a atenção para o “estado anárquico em que se encontrava a vila”, com os democráticos e os evolucionistas a trocaram acusações “acerca do bando de malfeteiros” que a “estação tornando inabitável”, sob o aparente benéfico do Administrador do Concelho – um antigo correligionário do Franquismo convertido à República.

Não obstante estas disputas, que devem ser inseridas no contexto mais alargado da instabilidade do regime implantado a 5 de Outubro, a imágica caldense fixou-se nas “afamadas águas” do Hospital Termal e no turismo que a região envolvente poderia atrair. Neste sentido, o parlamento aconselhava “uma profunda e radical remodelação” das instalações, uma vez que, um pouco por toda a Europa, se “admiram hoje soberbos estabelecimentos balneares que, não tendo à sua disposição nem águas nem condições semelhantes às das Caldas Rainha, são todavia importantíssimos factores de riqueza local”. Ademais, “a extraordinária abundância de magníficas frutas que ali concorrem com a proximidade de monumentos célebres”, sem esquecer a “ligação fácil e rápida com a Praia da Nazaré” e as “praças formosíssimas como são a Foz do Arelho, Salir e S. Martinho do Porto”, seriam outros tantos pontos de interesse.



Jaizinho senão fleas sem nenhum

# Raul Proença, uma aproximação paradoxal - alubramentos e aporias da razão da argumentativa

Amílcar Coelho

Uma experiência de “alubramento” é uma experiência de aparição (epifania) de algo essencial sob o ponto de vista da existência e da condição humanas. Numa cópula manifestamente inquietante, a “aporia” revela da ordem da dúvida e do intrinsecamente complexo, denso e enigmático, sem perdem, além, o sentido retórico de uma simulação. Como corolário deste sujeito ambíguo, alubramento e a aporia reinventam-se da problematizada de da “razão argumentativa” na medida em que essa relação atesta uma dificuldade insuperável por causa de conflitos e de argumentos.

É neste horizonte de reflexão que se situa o nosso trabalho sobre Raul Proença (RP). O objectivo não é estudar a obra filosófica de RP. Mais modestamente, trata-se de abrir uma “aproximação”, com base na seguinte (dupla) hipótese de trabalho: o trabalho filosófico de RP constitui o encastamento de uma trincheira filosófica de combate ao autoritarismo e aos dogmas; o condutor que orienta esse trabalho é o problema do Eterno Retorno abordado numa metodologia de controvérsia.

RP é hoje um pensador português quase esquecido/um pensador universal com uma actualidade extrema. Na densidade da sua busca filosófica, circunvesse-se uma formulação de enunciados que não podem ser lidos apenas como reflexo dos combates políticos em que esteve envolvido. Porque é um pensamento de exigência metafísica, de crítica e de rigorosa busca da verdade. E também porque é um pensar que não cessa de responder às suas próprias dificuldades de fundamentação e que não flui de carácter de “trágico” e de “misterioso” que resulta do confronto do pensador com os desafios da sua própria condição humana – e que nos interpela ainda sob a forma de uma “Teologia do Enigma”.

O que suscita espanto em RP é o modo extraordinário e singular como ele procura fazer a experiência intelectual das inensas possibilidades abertas pelo pensar por si mesmo, não para fazer vencer a posição dogmática, mas para abrir (quase sempre reconstruindo metodicamente) uma nova frente de combate pela cultura na pluralidade e riqueza das suas diversas manifestações. Trata-se de um pensar por si mesmo, que muito para além do que diz (e não é pouco), se mostra activamente como um pensar virgem e inocente, para o qual o jogo da verdade (porque é disso que trata) nunca significa unicamente um ponto de chegada, sendo também um caminho imprevisível de acção e liberdade. Um trabalho filosófico contra este tempo, a fazer, esperar, de um tempo que virá.

Muito significativamente RP consagrou-se lentamente à reflexão das questões do eterno retorno do mesmo. Como é sabido, o ponto de partida desta reflexão foi Nietzsche. Por isso, o que faz a maior dificuldade da interpretação do pensar de Nietzsche, é o reflexo ou quebra-cabeças do pensamento de RP. Mas a fecundidade das ideias de Nietzsche encontrou no solo do pensamento de RP uma excelente oportunidade de clarificação, na qual que pode ser entendido como uma pesquisa continuada e aprofundada, sucessivamente suspensa e retomada do seu andar mais profundo e metafísico relativamente às inquietações do mundo moderno. Nesta análise diacrónica entre Nietzsche e Proença, somos tocados pela melodia mágica do encontro de dois grandes pensadores.

Numa perspectiva global, a abordagem de RP da problemática do eterno retorno é paradigmática do método das controvérsias. Por um lado, ele procura esclarecer o sentido do conceito, procedendo a um enquadramento histórico aprofundado, na tentativa deliberada de estabelecer criticamente os limites da abordagem de Nietzsche. Mas a intenção de RP não é proporcionar a refutação categorial de Nietzsche. Pelo contrário, RP move-se bem entre a “condenação” e a “libertação” de Nietzsche, conjugando, para esse efeito, a cópula holista de duas vias aparentemente contraditórias: uma via de convergência (afinidade de sentido, concordâncias, aproximações, etc.) e uma via de divergência (conflitos, objeções, contradições, diferenças, etc.).

Com o efeito, o princípio do dinamismo do trabalho filosófico de RP não radica na mera e estrita metodologia de “língua” filosófica. Antes de tudo, trata-se de um pensar que procura construir (e reconstruir) a sua própria problemática, com recurso a um processo de elaboração densa e enigmática que relewa da “controvérsia”.

Segundo Dascal (1999), nas polémicas há a *disputa* – uma polémica polarizada numa oposição irredutível, na qual não se vê qualquer esforço sério para persuadir, pois não é dada prioridade à convenção racional. Por exemplo, as “polémicas” políticas do parlamento (diálogo de surdos), as vezes que o objectivo estratégico dos participantes é vencer (vencer a todo o custo), nem que, para isso, tenham de utilizar o “estratagemia” que visa reduzir o oponente ao silêncio (leralora). Pode dizer-se que a disputa medira em solos pouco férteis e com profundas carências democráticas.

Por outro lado, temos a *discussão* – uma polémica caracterizada por uma oposição mediável. Exemplo disso são as “polémicas” dos matemáticos (ou dos cientistas, em geral). Aqui a opção estratégica é conversar e persuadir por meio de argumentos lógicos e racionais. Por isso, a determinação da verdade é fundamental. As discussões são decidíveis, sendo a “prova” o seu meio privilegiado de resolução.

Por fim, temos a *controvérsia* que pode ser caracterizada como uma forma de polémica situada entre a disputa e a discussão. As polémicas de RP são um bom exemplo do regime teórico da controvérsia. Não sendo redutível a um problema único, ela atua, em geral, a partir de um território central de problemas, abertos a outros problemas e a outras incursões críticas. Na controvérsia nenhum argumento dos oponentes pode ser considerado decisivo, porque a densidade da rede de problemas, à medida que vai sendo detalhada, tende a aprofundar-se numa apórtica que não tem a ver exclusivamente com a verdade, mas também com questões de ideologia e crença. Não surpreende, pois, que as controvérsias sejam quase sempre longas e abertas (réplicas, réplicas...), ainda que o seu objectivo se fixe nas estratégias do convencer e persuadir, utilizando, para isso, todos os recursos da via da argumentação.

Por outro lado, de acordo com Gil (2001), as controvérsias são inerentes às ciências e às filosofias. Nas ciências: temos o domínio da verdade, a partir do qual as controvérsias procuram consagrar um debate centrado na causalidade eficiente e na lei científica com vista a obter um conhecimento dos fenómenos, de acordo com a relação objectiva que permite à ciência estabelecer um quadro de objectividade (experiência objectiva das coisas). Em oposição, nas filosofias temos o domínio do sentido. Neste, as controvérsias consagram um debate centrado na razão suficiente, na certeza subjectiva e na interpretação do sentido, expresso com a finalidade da busca do fundamento, entendido como contrapartida “da relação incerta da filosofia com a experiência” (experiência subjectiva das coisas).

Ora, “o ferrabaz das Caldas” é o RP das controvérsias filosóficas no sentido aqui introduzido.

Bibliografia:

- COELHO, Amílcar. (1990) – *Desafio de refutação – Controvérsia entre António Sérgio e Jesus Carça sobre a natureza e valor da ciência*, Lisboa, Livros Horizonte  
DASCAL, Marcelo. (1999) – *A polémica na ciência*, Fernando Gil (coordenação e apresentação). A ciência tal qual se fez, Lisboa, Edições João Sá da Costa  
GIL, Fernando. (2001) – *Mediações*, Lisboa, IN-UM  
PROENÇA, Raul (1987) – *O eterno retorno*, Vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional  
PROENÇA, Raul (1994) – *O eterno retorno*, Vol. II, Lisboa, IN-UM  
PROENÇA, Raul (1989) – *Polémicas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote



AINDA O CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

# O Dr. Leão Azedo e o Major Sangreman Henriques – dois cal

A terminar o ano das celebrações do Centenário da República, não quis perder a oportunidade de divulgar, em breves notas de dois ilustres republicanos caldenses – o Dr. Leão Azedo e o Major Sangreman Henriques; notas que se destinavam tão simplesmente, de relembrar aos leitores da Gazeta das Caldas, aqueles que – merecendo ter nome em ruas da cidade – implantação do Novo Regime, em 5 de Outubro de 1910.



Reconstrução conjectural dos traços fisionómicos do Dr. Leão Magno Azedo, realizada pelo Sr. Joaquim Ladeira Batista, a partir de fotocópia da foto publicada no *Diário de Notícias*, de 14 de Julho de 1928, que noticiava o falecimento.

O Dr. Leão Magno Azedo nasceu nas Caldas da Rainha, em 1868 (1). Depois de ter realizado os estudos preparatórios em Coimbra, formouse em medicina, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, no ano de 1893, defendendo a tese *Sobre o Carcinoma*. Desde muito novo que se consagrou à luta pela Causa Republicana, e tomou parte no “Comité Revolucionário de 31 de Janeiro de 1891”. Este distinto clínico e professor, ardoroso militante político – era *carbonário* (2), consequentemente, *revolucionário*; não tinha canseira no seu proselitismo: *A Democracia do Sul*, prestigiado periódico republicano, de Montemor-o-Novo, noticiava, em 20 de Maio de 1905, que o Dr. Leão Azedo passara a ser o seu Redator Principal (3).

<sup>1</sup> Na consulta do livro-resumo de registos de baptismo, do ano de 1868, da Paróquia de Na. Sta. do Pópulo, das Caldas da Rainha, encontrei, com o nome de Leão, um único indivíduo, cuja data de nascimento é 11 de Abril, sendo baptizado a 13. Foi exposto, não constando nome de pai ou de mãe. São referidos os padrinhos. Correspondem estes dados a memória popular coetânea. É necessário consultar outras fontes, de difícil acesso, para poder confirmar, ou completar esta informação.

<sup>2</sup> No X Congresso do Partido Republicano, em Setúbal (23/25 de Abril de 1909), a eleição do Direção constituiu, como outras deliberações da assembleia, uma grande surpresa, para o público. Na lista vencedora, incluíam-se nomes que poucos esperavam ver proclamados. O *Comité Alta Vendita*, tendo efectuado antes do Congresso uma reunião preliminar, decidira influir no ato eleitoral de modo que no Direção entrassem elementos de ação nitidamente revolucionária – e assim sucedeu. Como efectivos, a Carbonária conseguiu ver eleitos Bastião Teles e Eusebio Leão e como substitutos Malva do Vale, Leão Azedo, Inocêncio Camacho e José Barbosa. (...)”

in – Jorge de Azeite, *O 5 de Outubro – A Revolução Portuguesa*, Alfarrabú, p. 108.

<sup>3</sup> “O *pudor eleitoral*” – Sobre João Franco e a ditadura, apoiada por D. Carlos I. *Democracia do Sul*, 23 de Novembro de 1907.

(...) “dum lado de, com o seu rei, a sua ditadura e o seu juramento. Do outro lado o povo, com o seu ressentimento justíssimo e o seu ódio implacável. Dum lado de si, epilepticamente tenaz, combatida e tarada criatura, sacudida pelo vendaval de cem nevroses.

leccionou no Liceu Nacional de Bocage, em Setúbal, onde a Revolução o foi encontrar no dia 5 de Outubro de 1910 (4); cabendo-lhe a honra de proclamar a República na cidade do Sado, como representante do Diretório do Partido Republicano Português.

Ardoroso publicista, muito lhe ficou a dever o regime que serviu, da forma mais desinteressada – como orador e como escritor de grandes faculdades combativas – sendo colaborador próximo dos Almirantes Cândido dos Reis e Machado Santos, e do Presidente António José de Almeida, de quem era amigo íntimo. Exerceu os mais diversos cargos, como membro do Diretório do Partido Republicano Português (PRP). Foi deputado às Constituintes, em representação das Caldas da Rainha, eleito pelo Circulo nº. 30, (com sede em Alcoaça) (5), tendo tido importante intervenção, na redação da Constituição da República Portuguesa, de 1911. Foi, após a cisão *almeidista* e a adesão ao Partido Republicano Evolucionista (PRE), 1912, Senador, eleito por diferentes Circulos, nomeadamente, por Alcoaça e Aveiro.

Sempre irreverente e incomformado com o rumo político que se desenhava no seio do PRP, pronunciando já a sua próxima adesão ao Partido Evolucionista, de António José de Almeida, nas eleições para as Constituintes, a sua opção política havia de suscitar intensa polémica e grande animosidade, da parte dos correligionários caldenses do Partido Republicano (liderados pelo farmacêutico Custódio Maldonado Freitas), que integravam o Centro Republicano Cândido dos Reis – republicanos históricos. O Dr. Leão Azedo aceitou que a sua candidatura fosse apresentada, em lista de oposição, e foi eleito, através do Centro Miguel Bombarda (ao qual tinham aderido, digase, muitos *adesivos*: entre outros, o Dr. Augusto Cymbrão Borges de Sousa, Diretor do Hospital Termal, o abastado proprietário Luís da Gama e quase todas as personalidades de maior influência na soci-

idade local. Francisco d’Almeida Grandella também se juntaria a este grupo) (6).

Em 1925, encontramos-o, ainda, como candidato às eleições regionais em Lisboa, na extrema esquerda da República, pela *Conjunção* esquerdista-radical, sendo eleito, no 3º. Bairro, único ganho pela *Conjunção*. Para a Câmara, foi, igualmente, eleito. Porém, as listas de convergência não obtiveram o acordo prévio, de alguns dos nomes indicados. É o que se depreende da recusa pública manifestada por Jaime Cortesão, João António Batista e Leão Azedo (7).

O Dr. Leão Azedo elaborou a primeira Lei Eleitoral da República Portuguesa: aliás, este foi um tema político que sempre o preocupou – a questão da correção do método de representatividade parlamentar. Na proposta de reforma eleitoral, 1909-1910, e em diversos artigos de imprensa, o Partido Republicano advogou a representação proporcional (Método de Hondt), que seria contemplada pela Lei Eleitoral de 14 de Março de 1910, para os Circulos de Lisboa e Porto (que não pôde ser aferida, dada a grande superioridade eleitoral do PRP). Leão Magno Azedo publicou *A Representação Proporcional, na Alma Nacional*, revista Republicana, sob a Direção de António José d’Almeida, numa série de artigos, a partir do nº. 5 – I Série, de 10 de Março de 1910; a que Sandra Ataíde Lobo, num trabalho denso que desenvolveu para a Fundação Mário Soares – sobre as colaborações de maior significado naquela revista, destaca – os artigos “do médico e político republicano Leão Magno Azedo, escrevendo sobre a *representação proporcional*”. Publicou, depois, o Dr. Azedo, *A Questão Eleitoral – Análise da Lei Aprovada*, em 8 de Janeiro de 1915.

Muito instado pelo, então, Ministro do Interior, Dr. António José de Almeida, que integrava o Gabinete presidido pelo Dr. Teófilo Braga, aceitou assumir o cargo de Diretor-geral da Instrução Primária. Promulgar um conjunto de

eram precisas muito ordem, muita prudência e vontade de cada um se sacrificar pela prosperidade do País. O Sr. Carlos de Oliveira propôs os indivíduos que devem fazer parte da vereação municipal, e que são os seguintes: Dr. Leão Azedo, médico (L.) O Sr. Dr. Leão Azedo propôs que, por admissão, fossem aprovados estes nomes, levando o brço, o que todo o povo fez, em sinal de assentimento, dispensando uma calorosa manifestação à nova vereação.”

Do outro lado o Povo, o país inteiro, formidável e augusto ainda na majestade do seu poder, e na onnipotência dos seus direitos.

Por qual dos processos, e em qual das pontas terribantes deste dilema iri liquidarse, em breves tempos esta aviltante ignominia nacional?

Junto das urnas, ou junto das barricadas?

Somos pela segunda solução

Até ao do seu virar passada, que é um ostróio fúnebre de crimes contra a liberdade, o Sr. João Franco ainda aparentemente na sua alma escura de rancoroso o seu último

pudor – o pudor eleitoral.

E as eleições não se farão.

Leão Azedo

“A Revolução em Setúbal – O Século, 6 de Outubro de 1910.

“Nomeia-se comissão de vigilância, para manter a ordem, com o auxílio da força pública – Manifestações de respeito (L.) Às 7 horas da manhã, reuniu a comissão municipal republicana em casa do Sr. Dr. Leão Azedo e resolveu nomear uma comissão de vigilância, pelindo a Infanteria II uma força para guardar o edifício da Câmara incendiado, por causa dos cofres, alguns dos quais já arrombados e donde o povo tinha tirado muito dinheiro. (...) Ao meio-dia organizou-se uma manifestação, tendo à frente os principais republicanos, que foram portados a porta do Sr. Dr. Leão Azedo, saindo este com os manifestantes, em direção ao Casa da Senhora da Conceição. A comissão foi, depois, a bordo do Zaire, onde esteve cumprimentando a oficialidade. (...) Na presença de centenas de pessoas, o Sr. Dr. Leão Azedo falou às massas, dizendo-lhes que estava proclamada a República em Portugal e que

(L.) O Circulo nº. 30, tinha por sede Alcoaça (Era composto pelos concelhos de Pombal, Alcoaça, Pederneira, Caldas da Rainha, Obidos e Peniche) – A lista oficial do PRP, sancionada pelo respectivo Diretório, teve aí de defrontar uma lista patrocinada pelo Centro Republicano Miguel Bombarda, criado logo em Novembro de 1910, nas Caldas da Rainha.”

in – Elina Loure e Compaño, João B. Serra, *Análise Social*, vol. XXIII, 1987-1º, pp. 59 a 95.

“As últimas Eleições – Reunidas as Comissões em sessão conjunta, para acatarem nos nomes que deviam ser apresentados, na reunião em Lisboa, foi, por unanimidade, deliberado dar plenos poderes ao candidato Dr. Castro, lembrando, porém, o nome de Leão Azedo, como filho desta terra.

Efectuada a reunião em Leiria, foi o nome de Leão Azedo excluído em vista da sua recusa, que justificava, deixando ter sido proposto outro Circulo, como se prova pelo seguinte artigo do *Leiria Ilustrada*, que transcrevemos:

**Dirigência Paritária** – Tendo sido consultado o Dr. Leão Azedo sobre a sua aceitação de candidatura do Circulo trinta, aquele senhor, que é médico, bacharel, membro do

Diretório e, modernamente, Diretor-geral da Instrução Primária, declarou terminantemente



# Caldeenses na Revolução.

...otas biográficas, já há tempo alinhavadas, as figuras exemplares, em princípio, a uma outra forma de publicação. Trata-se, de - foram, na ação direta, figuras de grande relevo, na

Mário Tavares

1928

viveu sempre modestamente, nunca pediu

"Diário de Notícias, 14 de Julho, 1928.

decisões programáticas e legislativas do maior importância, para a modernização do Ensino Primário, sector da instrução pública que os republicanos reputavam de fundamental, para a necessária transformação sociocultural do País - (depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo - Danton, Alma Nacional) - Mais de 70 % da população do País era analfabeta. É de salientar - pela sua modernidade - a publicação de legislação sobre a universalidade da frequência dos jardins-escola e da escolaridade obrigatória dos 7 aos 10 anos (depois, aos 12); promoveu a abertura de muitas Escolas Primárias, aumentou o corpo de inspetores e dignificou a carreira dos professores, etc., etc. (8).

Na sua terra natal, o Dr. Leão Azedo foi figura popular e clínico dedicado aos mais desfavorecidos. O *Círculo das Caldas*, em 1 de Janeiro de 1904, noticiava que - "veio fixar-se nas Caldas o patricio e distinto clínico, Dr. Leão Magno Azedo", para, no dia 10 de Janeiro, seguinte, dar conta que Leão Azedo se tornou médico da ASMRDL (Montepio) (9).

No princípio do ano de 1926, adoeceu gravemente, passando a viver uma vida de grande sofrimento. Verificando-se a doença era incurável, ao fim de dois anos, pôs termo à sua existência, em 13 de Julho de 1928. Dele disse o *Diário de Notícias*, na edição do dia imediato, ao divulgar o seu falecimento: "viveu sempre modestamente, nunca pediu nada ao Estado ..."

Após a sua morte, já mudado o regime e instalado o Estado Novo, o Vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, José Paulo Rodrigues dos Santos, em 7 de Maio de Maio de 1932, teve o nobre gesto de propor que se atribuisse o nome do Dr. Leão Azedo "à nova rua, que parte da Rua Alexandre Herculano e finda na Rua do Tenente Sangreman Henriques" (este, um caldense que foi herói na Rotunda).

te, que em condição nenhuma aceitara a candidatura por Círculo a que pertencesse a vila das Caldas, pois a política estava dividida naquela terra, e não queria lançar amigos contra amigos. A sua candidatura seria apresentada por Serribal ou por Beja, sendo erro.

Como se explica, pois, que o Dr. Leão Azedo (...) aparecesse à última hora, candidato pelo Círculo de que faz parte a vila das Caldas, entrando numa cabala apoiada em caçiques da defunta monarquia? Sua Ex. (...) falou à palavra e veio combater um colega seu no mesmo Directorio, que foi indicado pelas Comissões Políticas. (...).

in - S. P. Danton, *A Questão Política nas Caldas da Rainha*, pp. 46 e 47.

<sup>7</sup> *A Esquerda Democrática e o Fim da Primeira República*, António José de Queirós, Livros Horizonte, 2010.

<sup>8</sup> "A Primeira República teve uma vigência curta e atribulada. No entanto, a sua obra no âmbito da instrução e combate ao analfabetismo, se bem que necessariamente incompleta, ficou como "a coroa de glória", no futuro, será sempre apontada como exemplo a seguir por todos quantos partilharam de um espírito democrático e emancipador".

in - *Combate ao Analfabetismo na 1.ª República*, Infopédia, Porto Editorial, Porto, 2003/10.

<sup>9</sup> De acordo com o Livro de Resumos das Atas da Assembleia Geral da ASMRDL - Montepio, no ano de 1904, "para a vaga de médico da Associação a que deu lugar a saída do Em. Sr. Dr. Corre Real, foram convidados os médicos da Vila a concorrer, para depois se contratar o que fosse mais votado. A escolha recaiu no Em. Sr. Dr. Leão Magno Azedo, com os honorários mensais de 8.330 Réis."

# A integridade republicana do Major Artur Celestino Sangreman Henriques

Mário Tavares

SANGREMAN HENRIQUES  
SARGENTO-AJUDANTE DE ARTILHARIA 1

Artur Celestino Sangreman Henriques nasceu nas Caldas da Rainha, no ano de 1878, falecendo, na sua terra natal, em 1946, ainda a tempo de poder celebrar o armistício que pôs fim ao segundo grande conflito mundial e à vitória dos aliados. Cá lhe nasceram filhos e netos: A filha Conceição casou com o jornalista caldense Augusto de Carvalho, recentemente falecido, com idade centenária; Augusto Sangreman Henriques, filho dileto, foi secretário do Comandante Leak, o agente inglês, que nas Caldas tinha o seu ponto de apoio aos aviadores britânicos, americanos e canadianos que, forçadamente, aqui encontravam o seguro refúgio e o apoio de que necessitavam. Foi, depois, chefe dos serviços de contabilidade da recém constituída Firma C. Maldonado Freitas & Filhos; vindo a falecer, tragicamente, quando administrava o Hotel das Termas de Monte Real.

Artur Sangreman Henriques era irmão do Padre Constantino Augusto Sangreman Henriques - figura pública de bastante prestígio local -, curiosamente, o Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, no momento em que foi implantada a República; sendo, por essa razão, apeado de tais funções públicas. (O triunfo de um irmão, contribuiu, assim, para a derrota do outro). O Padre Sangreman obteve a sua formação teológica no Colégio Jesuíta de Campolide, em Lisboa - um dos raros estabelecimentos educacionais que tinham sido autorizados, em Portugal, à Companhia de Jesus, após a expulsão ordenada pelo Marquês de Pombal. De regresso às Caldas, o herói da Rotunda foi aclamado e homenageado pelos seus patricios, de acordo com o *Círculo das Caldas*, de 26 de Novembro, surgindo, na manifestação popular, ladeado pelo seu irmão - o Padre Constantino. O orador escolhiu, para lhe manifestar o orgulho que os caldenses sentiam no seu gesto heroico foi - curiosamente, também -, José Pedro Ferreira, Diretor e Editor do *Círculo*, que em vésperas do 5 de Outubro, ainda se batia na defesa dos ideais monárquicos, contra aqueles que defendiam as ideias republicanas, e se deixavam enganar por mentiras repetidas e ideias falsas. (Os caldenses sempre foram, de facto, bastantes maleáveis e pragmáticos, na defesa dos seus interesses primários).

Recentemente, uma neta - Maria da Conceição Silva, entregou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo um precioso documento que é o testemunho da homenagem que um numeroso grupo de cidadãos republicanos, prestou ao se avô - o Tenente Sangreman Henriques, intitulado "Salvé Sangreman Henriques". A homenagem deveu-se ao facto de, exemplarmente, ter recusado o recebimento de uma tena anual de 300 mil réis, conferida pelo Parlamento aos heróicos sargentos do 5 de Outubro, então promovidos a oficiais; por considerar que as dificuldades da Pátria não lhe permitiam auferir tal regalia - A promoção lhe bastava! (\*)

Sangreman Henriques notabilizou-se na Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910, pela ação que executou no Regimento de Artilharia 1, em Campolide, garantindo a defesa do paiol de munições e a inexistência de qualquer movimento, e a resposta que deu ao fogo das baterias de Queluz, enquanto a outra parte do Regimento combatia na Rotunda. Os únicos forços do exército que aderiram, francamente, à Revolução, num primeiro momento, foram - a referida Artilharia 1 e Infantaria 16.

A sua estreita relação com o Almirante Machado Santos, com quem já há anos conspirava, faz-nos admitir que Sangreman Henriques tinha filiação "carbonária".

Antes de chegar a Artilharia 1, após o Regidício, como Sargento-ajudante, Sangreman Henriques tinha estado no polígono entriñeirado de Lisboa. Depois de promovido ao posto de Tenente, requereu a transferência para a Guarda Nacional Republicana, onde completaria a sua carreira das armas, atingindo o patente de Major. Reformouse em 1920. Porém, perante o perigo que corria as instituições republicanas, com o golpe, de 28 de Maio de 1926, voltou à ação militar participando na fracassada tentativa revolucionária de Fevereiro de 27. Para não ser preso, fugiu para França, de lá regressando, passados alguns anos; fixou residência nas Caldas da Rainha.

Em sessão da Comissão Administrativa Municipal das Caldas



da Rainha, de 8 de Março de 1911 e na sequência de uma outra proposta já apresentada na sessão de 10 de Outubro de 1910, foi atribuído o nome do Tenente Sangreman Henriques - "... que tanto se distinguira nestes últimos acontecimentos", à antiga rua do Chafariz de El-Rei.

Entre outras atividades a que se dedicou sublinhe-se a sua adesão ao movimento espírita português e a participação destacada que teve no congresso nacional realizado em Maio de 1925. Republicano convicto até ao fim da vida, era pessoa de fino trato, amável e simples.

Várias vezes referenciado por camaradas e jornalistas, devemos realçar a entrevista dada ao jornal *O MUNDO*, nº. 3576, 13 de Outubro de 1910, em "Ecos da Revolução".

Porém, melhor que nós, em artigo publicado recentemente, a que tivemos a felicidade de poder aceder, o Professor António Ventura, resume magnificamente, toda a História de Vida deste Republicano, ilustre caldense e Cidadão exemplar.

(\*) Esta representação do Cidadão feito Tenente, foi colhida no *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, na "Sessão Nº. 22, de 17 de Julho de 1911".

"Cidadão José Cordeiro Júnior:

- Tendo visto nos jornais de ontem, que nas Constituintes foi apresentado um projeto de lei pelo Exmo. Sr. Inocêncio Camacho, para que fossem contemplados com a pensão anual de 300\$000 réis todos os sargentos que foram promovidos a oficiais no movimento revolucionário de 5 de outubro, peço a V. Exa. para, em meu nome, declarar penhorantemente à Exa. ma Câmara, sem desprimor para ninguém, que não aceito tal pensão, por achar em primeiro lugar que, no momento atual em que o país atravessa uma crise financeira tão aguda, não deverei concorrer para o agravamento d'essa crise recebendo pensões, e, em segundo lugar, porque, tendo tomado parte nos movimentos revolucionários de 28 de Janeiro, de que V. Exa. e fiel testemunha e no dia 5 de Outubro, todos os meus insignificantes serviços prestados, quer num quer noutra movimento, em benefício da nossa tão querida Pátria, já foram largamente recompensados pela honrosa promoção ao posto de Tenente que me foi conferida, por decreto de 22 de Outubro, do ano, próximo, passado. Saúde e fraternidade."

Lisboa, 14 de Julho de 1911.

"Artur Celestino Sangreman Henriques - Tenente da Guarda Nacional Republicana, ex Sargento-Ajudante de Artilharia Nº. 1."

"Quero que a República, com um regime novo, cheio de justiça, cheio de boas intenções, tenha sempre à testa dos lugares de confiança criaturas republicanas, que façam uma política de atracção inteligentemente dirigida. Quero trabalhar com os portugueses honestos, qualquier que seja a sua condição e origem: não quero trabalhar com os defraudadores da fazenda e da riqueza pública."

Gaudêncio Pires de Campos (Deputado à Assembleia Nacional Constituinte-1911)

# A 1ª República e o Hospital Termal das Caldas da Rainha

Nicolau Borges

Após a acção reformadora do Hospital Termal das Caldas da Rainha, encetada pelo Arquitecto e Administrador do Hospital Termal caldeense, a gestão desse estabelecimento assistencial foise deteriorando de forma progressiva e irremediável. Mediante a leitura das actas das sessões das Cortes Nacionais podemos constatar os sinais progressivos dessa degradação, através dos sucessivos e frequentes agendamentos de diversos assuntos relacionados com a gestão da entidade hospitalar caldeense, do seu vastíssimo património e da intervenção do Administrador desta secular instituição.

A situação financeira do Hospital Caldeense agravou-se, irremediavelmente, com a edificação dos Pavilhões do Parque, obra de Rodrigo Berquó, e com a reconstrução de todas as benfeitorias realizadas por este Administrador na requalificação dos banhos termas, nomeadamente com o acrescento de mais um piso no edifício reedificado no reinado de D. João V, com a aquisição de novos equipamentos termas, renovando e aumentando o número de banheiros do Hospital, melhorando a qualidade das águas termas, requalificando as zonas envolventes aos banhos termas, transformando as antigas vivas e hortas no actual belo e frondoso parque, e muitas outras obras que transformaram as termas das Caldas nas termas mais cosmopolitas do Portugal de finais de oitocentos.

Os investimentos foram de tal monta que tiveram de transformar a gestão desta instituição num problema financeiro de impacto nacional, originando amplos debates, iniciativas várias e propostas de regulamentação em sede das Cortes Nacionais, transformando tal questão em problema político e económico de real interesse nacional.

A situação era, em 1908, tão grave que houve necessidade por parte do Ministério do Reino, no governo da ditadura de João Franco, nomear uma comissão para apresentar uma proposta de reforma do então Hospital Real das Caldas da Rainha. Os nomes escolhidos para fazerem parte desta comissão não deixam dúvidas sobre a verdadeira dimensão do problema e interesse em resolvê-lo. O que se pretendia era surtir o gravíssimo problema de deficit financeiro do hospital das Caldas, o qual punha em causa a sobrevivência da própria instituição, assumida por todos como uma autentica referência nacional no campo da saúde e da assistência social. A autoria conferida faziam parte o Dr. Alfredo da Costa, o Dr. Alfredo Luis Lopes, o escritor Ramalho Ortigão e o Visconde de Sacavém, personalidades distintas e consensuadas, as quais puderam apresentar as suas propostas de reforma para a estância balnear e hospitalar das Caldas, imunes às controvérsias que iam decorrendo no seio das Cortes.

Entre 1908 e 1910 o Dr. de Reino Francisco José Machado, eleito pelo partido Progressista, tratou com a sua vasta experiência política nas Cortes, esgotando o civil de Sabinário, habitual candidato eleito às Cortes pelo círculo eleitoral constituído pelos concelhos de Caldas da Rainha, Obidos e Peniche, tomou como "sua" causa política os problemas que afectavam a gestão do Hospital das Caldas da Rainha, elevando, assim, tal causa ao estatuto de verdadeira causa nacional.

A sucessão de requerimentos e pedidos de "sindicâncias" por ele propostos, colocaram a gestão do hospital na agenda nacional, pondo a nu a grave situação financeira do Hospital, a gestão ruinosa de que era vítima, mas também, e principalmente, o seu modelo de organização (Regulamento), completamente ultrapassado, ainda subordinados aos princípios administrativos enunciados pela governação do Marquês de Pombal, nos princípios da década de 70 do século XVIII.

Importa não esquecer que nas vésperas da implantação da República, o Hospital das Caldas da Rainha com o seu vastíssimo património era um dos raros estabelecimentos do Estado do género frequentado pelas elites nacionais. O Presidente do Conselho de Ministros e Ministro do Reino (João Franco Castelo Branco) foi, de próprio, um frequentador assíduo dos banhos das Caldas, com o mesmo que, no seu governo, o seu Ministro da Rainha, durante os meses de Verão, geriu o seu Ministério a partir das Caldas da Rainha, o que o próprio ministro chegou a reconhecer numa sessão das Cortes.

Por sua importância assistencial, social e cultural não é de estranhar que a gestão do Hospital Real caldeense merecesse a atenção política dos pares do reino nos últimos anos de regime monárquico. Os ataques cerrados e contínuos do representante eleitoral do Partido Progressista eleito pelo círculo de Peniche manifestaram-se até ao momento em que os seus congressos se destinavam a esse aquilo que considerava como actos de gestão danosa para com o património do hospital caldeense, tais como o corte sistemático de árvores na mata para fazer e vender carvão; o corte do velho lúmen do Largo do Caço; o prejuizo crónico da farmácia do Hospital; a compra de mobílias para o Palácio Real; as comissões extras pagas a alguns trabalhadores do Hospital... Advertindo os Regeneradores não perdia nenhuma oportunidade para tentar impedir a administração do Hospital simpantico do partido adversário.

A implantação da República veio encontrar as finanças do Hospital das Caldas numa situação gravíssima. Tão grave que houve mesmo a necessidade de o governo tomar à sua conta o pagamento de 12.571\$545 réis à Caixa Geral de Depósitos, quantia proveniente dos juros e amortizações de um empréstimo feito ainda no tempo da administração do arquitecto Rodrigo Berquó.

Entretanto, os resultados da sindicância feita, ainda antes da queda da monarquia, a gestão do Hospital das Caldas só vieram a ser conhecidos e debatidos no ano de 1911, comprovando a gravidade da sua situação financeira.

Após, a partir da Sala das Sessões da Assembleia Nacional Constituinte, a 7 de Julho, e o deputado, eleito pelo círculo nº 30, Gaudêncio Pires de Campos, que assume a liderança do processo de fiscalização política e administrativa, querendo a Assembleia, solicitando referências e dinamizando a procura de soluções para a resolução das graves problemas financeiros que afectavam a instituição hospitalar das Caldas da Rainha.

Das suas iniciativas resultaram a ordenação de uma sindicância à gestão do Hospital Rainha Dona Leonor, a qual foi nomeada pelo Ministro do Interior do Governo Provisório, António José de Almeida, sendo a equipa constituída pelos sindicatos Carlos Maria Pereira e Aurelio da Costa Ferreira. Estes sindicatos apresentaram ao Parlamento o seu relatório de sindicância no dia 21 de Maio de 1911, o qual se iniciava de seguinte forma:

"Em primeiro lugar devo dizer a V. Exa. e à Câmara que o Hospital das Caldas da Rainha é uma verdadeira colégia de cônegos, e para prova do que digo basta mostrar uns dados estatísticos, que aqui tenho, por onde se vê que de tem dos seus muros nada me tem que 88 empregados, agora aqueles que as exigências do serviço reclamam, e tudo isso unicamente para 3 meses em que o estabelecimento está aberto. Aquilo não é um hospital, é uma colégia de cônegos e bem gordinhos que alguns são!

Antes de entrar na apreciação da sindicância ao hospital das Caldas da Rainha, permitam V. Exa. S. Presidência e a Câmara que se leia umas notas do movimento hospitalar. Assim em 1906 houve no hospital 2.500 pensionistas dos quais 1400 gratuitos, cujas despesas são nos termos da lei, cobertas pela administração.

Em 1907, foram 2.000; manteve-se mais ou menos o mesmo número. Em 1908, 1909, a mesma coisa, e em 1910, há um ligeiro aumento nos pensionistas gratuitos. Mas se é certo que a frequência se manteve durante estes anos, é certo também que a despesa quasi duplicou, e os benefícios aos pobres especialmnte.

Coligando os números de receita e despesa do hospital das Caldas, especificamente me reservo tratar na discussão do Orçamento, porque heide demonstrar que o hospital das Caldas se gastam 35 contos de réis para engordar a colégia dos cônegos e o seu reitor, que o Estado está pagando, à somaria dum regulamento espandido; rende por ano quantia superior a 17 contos de réis; e o erário público, defraudado por mil formas, não pode dispensar quantia tam importante.

O que se tem praticado é extraordinário, é fanatico, tanto em falta de direcção clinica, como, e sobretudo, na parte administrativa. O rendimento, a receita ordinária do hospital é de perto de 17:500\$000 réis, e a despesa sobre a 34.528\$000 réis; há portanto, um deficit que, segundo a lei de Fevereiro de 1904, artigo 37, tem de ser coberto pelos cônegos publicos..."

O relatório continua desdenhando ao pormentor de acusar o administrador de ser um agente empregador ao serviço do partido a que pertencia (um "valcaco de caciques politicos", que tem servido unicamente para empregar os amigos e alhos desses caciques), identificando vicio de gestão, de forma, destros e abusos praticados ao nível dos salários, regalias, e das comissões cobradas e pagas.

Como consequência desta denuncia da eminente ruptura financeira da administração das termas caldeenses propõe-se o fim das "comedorias" do director, da entrega da gestão dos pavilhões do parque a extinção da farmácia do Hospital e outras medidas tendentes a efectuar o saneamento financeiro do crónico deficit das contas apresentadas pela administração do Hospital. Propõe ainda a alteração do seu Regulamento, o qual deveria considerar a instituição de uma gestão administrativa e não médica.

Apesar das iniciativas do Deputado Gaudêncio Pires de Campos, no entanto, O Projecto-lei sobre o Hospital das Caldas da Rainha só haveria de dar entrada no Parlamento, por iniciativa dos Deputados Afonso Ferreira e Francisco de Sales Ramos da Costa, a 14.03.1912, visando dosso objectivos fundamentais: Em primeiro lugar, libertar as finanças nacionais dos pesados encargos financeiros que o orçamento enfrenta, em consequência do Hospital das Caldas; em segundo lugar, possibilitar que a referida instituição se reformasse na perspectiva de contribuir para a prosperidade económica das Caldas da Rainha.

O Projecto-lei sugere a concessão de algumas das valências do Hospital a privados, nas seguintes condições: "Luma empresa ao companhia bem organizada, que tome conta da exploração do balneário, tem logo à sua disposição um grande edificio que pode adaptar a hotel moderno, o que é chamado Hospital de D. Carlos, mais conhecido pelo nome de pavilhões, situado no parque, muito próximo do balneário, com o qual se pode facilmente ligar por meio dum caminho aberto, o que é indispensavel para se estabelecer uma boa e regular frequência de inverno em boas condições. O parque é bom, sendo susceptivel de melhoria e aperfeiçoamento que o tornem ainda mais aptavel. A companhia pode também explorar a chamada Agua Santa, perto da via, e a agua mineral de Salir do Porto. Nesta praia pode ainda utilisar-se o banho de mar de pequena onda, o unico reconhecido como meio terapêutico, e o banho quente. Junto desta praia fica a peçonha e linda praia de S. Martinho, magnifica para todo o género de esport náutico, tara apropriado pela gente rica e sobretudo pelos estrangeiros.

A Foz do Aretho e lagoa de Obidos, que fica junto, prestam-se também a uma longa e proveitosa exploração, por onde se realiza communicação com as Caldas, e que não é difficil nem dispendioso, por meio de qualquer sistema de viação acederá.

A Foz do Aretho constitui uma estação climática de primeira ordem, pela excellência do seu ar de inverno, o que a torna particularmente recommendavel para residência de convalescentes e de individuos debéis, escrofulôcos, infânticos, etc.

Assim a situação das Caldas da Rainha é, repetimos, uma situação privilegiada para o fim a que é applicada por que a todos as condições e circumstancias reúne ainda a extraordinária abundancia de magnificas frutas que ali concorrem do vitinho concelho de Alagoaça, a proximidade de monumentos celebres, como o antigo mosteiro desta vila, o de Mafra e o da Batalha, a ligação facil e rápida com a Praia da Nazaré, e enfim, tantos outros atractivos que podem, bem aproveitados, concorrer para a chamar grande frequência, não só de nacionais, mas principalmente de estrangeiros, sobretudo se o jogo for permitido legalmente (...).

O Projecto de lei apresentava, assim, duas importantes dimensões: por um lado, consagrava a administração do Estado sobre o Hospital D. Leonor, dimensão de assistência pública e de respeito pela vontade testamentaria da Rainha Dona Leonor, por outro, uma dimensão empresarial, definida pela venda da concessão aos privados dos Pavilhões do Parque e o eventual licenciamento do jogo. Propunha ainda a desanexação e entrega à Câmara da vila a gestão do Hospital de Santo Isidoro e a supressão da farmácia do Hospital.

Esse o Projecto de Lei (versão integral), apresentado pelo Deputado António Ferreira, em 14 de Março de 1912.

"Artigo 1.º É o Governo autorizando a alienar por contracto de arrendamento, a empresa individual ou colectiva que para este fim se constitua, a exploração do



estabelecimento balnear anexo ao hospital de D. Leonor, das Caldas da Rainha, e bem assim a das respectivas dependências, construídas pelos pavilhões denominados Berquó, pelo clube de recreio e pelo parque.

Art. 2.º O Hospital de Santo Isidoro fere desanexo da administração do hospital de D. Leonor e entregue ao municipio das Caldas da Rainha com os respectivos rendimentos privados, provenientes do legado de Isidoro Inácio Alves de Carvalho e Aguiar, ficando a sua direcção e serviços clinicos a cargo dos medicos do partido municipal da vila.

Art. 3.º As capta de Nossa Senhora do Populo e de S. Lourenço serham entregues a corporação ou corporações cultaes da vila que existam ou venham a existir e delas queiram encarregar-se, ou em caso contrario, serham encerradas.

Art. 4.º E extirpa a farmacia privativa do hospital de D. Leonor e suprimidos os lugares existentes de farmacêutico e ajudante, que são empregados contractados. 5.º A administração do hospital de D. Leonor contractada, mediante concurso, com qualquer das farmácias da vila o fornecimento dos medicamentos necessarios ao serviço do hospital e dos pobres da vila, na conformidade das obrigações que ao mesmo hospital competem.

Art. 5.º O estado reserva a administração do hospital de D. Leonor e das suas rendas próprias, e do rendimento que contra o arrendamento do balneario e respectivas dependências destinadas o que for necessario para suprir a deficiencia daquelas rendas em relação ao defeso do referido hospital e ainda para subsidiar o municipio das Caldas da Rainha por qualquer encargo que a este provenha da administração do Hospital de Santo Isidoro.

Art. 6.º O pessoal técnico, administrativo e serventurio, actualmente ao serviço dos estabelecimentos hospitalares e suas dependências, ser distribuido conforme as necessidades do serviço do hospital de D. Leonor e do balneario e suas dependências a cargo da empresa concessionaria.

§ 1.º A empresa concessionaria obrigarse-ha pelo contracto a manter e respeitar os direitos adquiridos, em virtude de lei, dos empregados existentes que passarem para o seu serviço privativo, obrigação que findará em caso de demissão legalizada.

§ 2.º O Governo poderá destinar a outros serviços dependentes da assistência publica os empregados que sejam dispensáveis ás necessidades do hospital de D. Leonor ou da empresa, e cujo movimento tenha garantia legal. O pessoal contractado poderá ser dispensado.

Art. 7.º A empresa concessionaria obrigarse-ha também pelo contracto a fornecer os banhos e todas as applicações hidroterapêuticas que lhe forem requisitadas para tratamento de doentes pobres.

Art. 8.º A mesma empresa podera aproveitar a exploração da chamada agua santa e a agua mineral de Salir do Porto, obrigandose, no entanto, a fornecer banhos gratuitos aos pobres; poderá estabelecer casinos e hotéis, não só na villa mas ainda na Foz do Aretho e noutros pontos das proximidades da mesma villa, e promover, enfim, todos os melhoramentos que tendam a valorizar a região das Caldas da Rainha como estância das aguas e climática.

Art. 9.º O Governo organizará, de harmonia com esta lei e legislação applicavel, as bases do contracto e contracto de adjudicação a que se lhe mesla lei se refere, e organizará também os necessarios regulamentos administrativo e técnico do hospital de D. Leonor, sancionando os que a empresa concessionaria haja de elaborar para os serviços que ficam a seu cargo.

Art. 10.º A empresa concessionaria será considerada para todos os efeitos como empresa portuaria e sujeita ás leis portuarias, não podendo fazer parte dos seus corpos gerentes individuos que não possuam a qualidade de cidadãos portugueses.

Art. 11.º O Governo dará conta ao Congresso do uso que fier das sessões de arrendamentos.

Art. 12.º Ficã revogada a legislação em contrario. Sala das Sessões, em 14 de Março de 1912. - O Deputado, Afonso Ferreira."

O Projecto de Lei haveria de ser aprovado, haveria de originar a constituição de uma comissão incumbente de proceder ao levantamento e inventário de todo o Património pertencente ao Hospital (auto de arrolamento do Hospital Rainha D. Leonor das Caldas da Rainha, de 1913), haveria ainda de extinguir a farmácia do Hospital Termal. No entanto, as outras medidas haveriam de ficar por cumprir, a proibição dos estrangeiros poderiam concorrer à concessão, a profunda crise económica enfrentada pelos vários governos politicos republicanos, agravada pela participação de Portugal na Primeira Grande Guerra Mundial e a profunda instabilidade politica ajudaria a explicar a suspensão da recuperação económica e social das termas caldeenses.

Fontes:

Diário da Câmara dos Pares do Reino-1880-1910

Acta da Assembleia Nacional Constituinte - 1911

Diários da Câmara dos Pares do Reino - 1911-1920





# República e Espaço Público

Isabel Xavier

Eram poucos os republicanos caldenses antes do dia 5 de Outubro de 1910, mas foram muitos os que se inscreveram no Partido Republicano nos dias que se seguiram à Proclamação da República. Malva do Vale, membro do diretório republicano, esteve nas Caldas da Rainha, no dia 6 de Outubro quando viajara para o Porto e trouxe consigo a confirmação da revolução republicana. Reuniu com republicanos locais no Hotel Lisbonense. A população aderiu entusiasmada ao novo regime, tendo havido festa nas ruas da (então) vila.

Joaquim Manuel Correia foi aclamado Presidente da Câmara e Administrador do Concelho e mandou afixar um Edital de Proclamação da República em todas as sedes das Freguesias do Concelho das Caldas da Rainha. Nesse documento, de que Joaquim Manuel Correia era autor, o novo regime era apresentado como a oportunidade de modernização que os portugueses tanto necessitavam. Culparava a dinastia de Bragança pelo atraso do país, referenciando em particular D. João VI que abandonou Portugal às mãos dos franceses e fugiu para o Brasil. Considerava-se o progresso como o caminho do futuro que a ciência proporcionava e defendia-se a boa harmonia de todos os portugueses, sob a égide esclarecida das novas instituições republicanas, mais adequadas aos novos tempos que se viviam.

Ha uma lógica de "revolução cultural" imanente à República e ao projeto republicano, na qual o documento de Joaquim Manuel Correia se inscreve. É uma nova mundividência, progressista, laica e republicana que está em causa. Os ideais proclamados organizam-se em torno da opção positivista e da crença no progresso científico, conjugados com a tradição nacional. A própria urgência da revolução republicana, segundo os discursos dos seus dirigentes, deriva do diagnóstico feito a Portugal, o qual revelava uma situação de trágica decadência que era imperioso ultrapassar. Os adversários mais evidentes, considerados responsáveis por essa situação, eram a monarquia e o catolicismo, ou mais concretamente, os Braganças e os Jesuítas.

"Res Publica", forma latina da expressão republicana, significa "coisa pública". O que desde logo referenciava um dos conceitos fundadores da contemporaneidade, o conceito de espaço público. Espaço público remete para o que é comum, raiz de palavras como comunidade e comunicação. O espaço público afirma-se enquanto lugar da cidadania. Daí que tivesse ganho tanta importância, na sequência da revolução republicana, a questão da topografia.

O Culto Cívico, suas práticas e rituais, encontravam no espaço público território próprio à representação de ações de carácter comunitário através das quais se procurava alcançar a identificação social indispensável à adesão a um programa político que é apenas um dos aspectos da forma republicana de encarar o mundo e o papel que ao homem nele está reservado. No espaço público, dimensão da vida colectiva por excelência, inscreviam-se signos e símbolos novos perante os quais cada cidadão referenciava o projeto comum com que se identificava. A Acta da sessão extraordinária permanente de 7 a 10 de Outubro de 1910, da Comissão Municipal Republicana Provisória, é disso exemplo ao dar-nos conta do significado fundamental, do carácter de urgência que assumiu a alteração dos nomes das principais artérias da vila das Caldas da Rainha. O fenómeno, nacional, encontrou aqui um dos seus casos, e constituiu uma das mais vivazes e eloquentes manifestações da transição para o novo regime que se apressou a substituir, junto dos cidadãos, as marcas que o regime monárquico deixara no espaço público, com destaque para os nomes dos seus representantes depositos, por marcas publicitárias. É assim que vemos "nascer" praças, largos, avenidas, ruas, cujos nomes pretendem perpetuar

os valores do republicanismo triunfante (da República, da Liberdade), o significado histórico dos acontecimentos ocorridos ("5 de Outubro"), a homenagem aos "mártires" da República (Almirante Cândido dos Reis, Dr. Miguel Bombarda), tanto o país.

Na sessão extraordinária permanente das Caldas da Rainha, por proposta do "cidadão Freitas", secundando a opinião do cidadão presidente<sup>1</sup>, Praça da República passou a ser a designação da Praça Maria Pia, nome dado em 1866 ao antigo Rossio. Avançada pelo mesmo proponente, procedeu-se à transformação do nome da rua Rainha D. Amélia, assim designada desde 1898 (antiga rua Direita), para rua da Liberdade, "visto que a rainha tanto a odiava". João Duarte Angelico propôs que o nome da rua Chafariz del Rei mudasse para rua Tenente Sangreman Henriques, mudança que só viria a ocorrer em 8 de Março de 1911.

Por proposta de Avelino Belo, procedeu-se ainda à mudança do nome da rua João Franco, assim chamada desde 1895, (antiga rua do Jogo da Bola), para rua Artur Leirão, "perseguido do mesmo João Franco", segundo o argumento apresentada. Esta mudança veio a merecer contestação popular e ainda na mesma sessão, no dia dez de Outubro, foi lido um abaixo-assinado para que o nome da rua passasse a ser o do "malgrado vice-almirante Carlos Cândido dos Reis, alma da República Portuguesa". A favor da alteração proposta é ainda apresentado o facto de o próprio ter morado naquela rua. Em vez disso, mas como resultado desta petição, foi dado o nome de Almirante Cândido dos Reis à Praça Hintze Ribeiro, assim chamada desde 1885, outro dirigente político dos finais da monarquia (antiga Praça Nova). Mais tarde, a 8 de Março de 1911, a petição popular foi satisfeita, esta praça passou a chamar-se "5 de Outubro" e a rua Artur Leirão tornou-se rua Almirante Cândido dos Reis. Esta última alteração conjugou-se com outra: a rua Serpa Pinto, à qual fora dada essa designação em 1890, na sequência do Último inglês, e que passa a ser rua Doutor Miguel Bombarda. Antes de Serpa Pinto, esta artéria chamava-se rua da Avenida.

Há um nexo propositado entre os nomes dados a estas duas ruas contíguas, artérias centrais da vila, que ficam entre a Praça da República e a Avenida da Independência Nacional. Ambos - Cândido dos Reis e Miguel Bombarda - eram considerados "... heróicos trabalhadores da causa democrática. (...) mártires da Revolução, porque afinal nem lhes foi dado presenciar a gloriosa obra que com tanto entusiasmo e fé empreenderam."<sup>2</sup> Unidos na morte, não pelas circunstâncias mas pelo tempo em que ocorreu, aos dois republicanos foram feitos funerais conjuntos, em Lisboa, no dia 13 de Outubro de 1910. O sucesso público dessa cerimónia, verdadeira prova de adesão popular ao regime nascente, revestiu-se de um valor simbólico fundamental.

Era a instauração de um Culto Cívico, travestida do projeto de laicização da sociedade portuguesa, que estava em causa. Procurava-se que uma espiritualidade laica de inspiração maçónica substituisse o catolicismo vigente. Para isso, convocava-se a memória dos vivos na intenção de nela eternizar os mortos, fixando os seus nomes nos topónimos das localidades, valorizando a homenagem, a celebração comemorativa, o culto de carácter cívico que assumia muitas vezes a feição de um culto dos mortos, considerado elemento essencial da cidadania. Foram proibidas as cerimónias religiosas no espaço público, ficando estas confinadas ao interior das igrejas, e sendo os membros do clero proibidos de usar vestes talares em público. Em vez disso, promoviam-se as paradas cívicas, os cortejos de homenagem à bandeira, símbolo máximo da república e da nacionalidade. Foi um novo ciclo da História de Portugal de que Caldas da Rainha guarda memórias próprias, num estudo de caso de que aqui se dão alguns exemplos.

# As lutas da República

Joana Mattos Tornada

Ao comemorar o centenário da república portuguesa, surge uma reflexão obrigatória. Pensar e definir a república, os seus símbolos, ideais e representações, na perspectiva de quem usufrui e habita um regime velado e vivido. Nesse sentido, da análise das actas (1910-1911) e da correspondência recebida da Câmara Municipal das Caldas da Rainha (1910-1914), bem como da leitura do *Círculo das Caldas* (1910-1917) destacamos dois acontecimentos que nos permitem reconhecer melhor como se lutou e alcançou as mudanças de mentalidade sonhadas pelos republicanos históricos.

O laicismo representou muito mais do que a separação do Estado e das Igrejas. Desta bandeira, ambicionava-se uma sociedade nova, mais justa e igualitária. Por fim, menos referência à ignorância de uns e prepotência de outros. Porém, a sociedade portuguesa não era anti-clerical. Era católica praticante e crente. A construção da república portuguesa alicerçou-se na associação desta dicotomia.

Nas actas da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, encontramos, no dia 18 de Janeiro de 1911, um pedido da Comissão Paroquial da vila para a demolição de um muro no cemitério. A sua existência servia para separar os enterros civis dos religiosos, "conforme dizem os santos padres"<sup>3</sup>. Esta comissão defendia que a liberdade e igualdade, instituídas pelo novo regime republicano, exigiam que os cidadãos estivessem reunidos e não divididos pelas suas crenças (como era hábito no regime monárquico). Mais, os seus membros alertavam para a urgência desta medida, ameaçando que, caso o seu pedido não fosse satisfeito, um grupo de republicanos o demoliria.<sup>4</sup>

A edilidade deliberou por maioria aceitar o pedido. Todavia, João António Duarte, seu presidente, rejeitou-o argumentando que a legislação em vigor impedia este procedimento. A destruição desta divisão poderia apenas ocorrer depois da publicação da lei de separação do Estado e das Igrejas<sup>5</sup>. Nas Caldas da Rainha, vários episódios registam tentativas populares de erradicar os vestígios do regime monárquico e da sua mentalidade conservadora. Mais do que mudar as ideias, os republicanos pretendiam mudar o quotidiano dos portugueses. O modo de viver a filiação, a educação, o casamento, o trabalho e a morte foram lutas e conquistas republicanas.

A contemporaneidade e historicidade dos símbolos do 5 de Outubro revelam a longevidade do regime republicano. Importante é conhecer de que forma, estes sinais da República foram interiorizados pelos portugueses e neles reconhecida a sua identidade. O hino é um grito de esperança e de sonho. No dia 2 de Novembro de 1912, a vila das Caldas foi surpreendida pelo rumor de tumultos em Santa Catarina. Ao administrador do Concelho, Adelino Pereira Gomes, chegou a notícia de que nesta localidade quatro homens teriam falecido, e muitos outros tinham sido feridos.

José Estrela e Manuel Estrela vieram até às Caldas e relataram a ocorrência. Em seguida, o Governador Civil foi informado. Por telegrama, ordenou um envio rápido de forças da Guarda Republicana "para a referida freguesia pelo meio de locomoção mais rápido"<sup>6</sup>, dirigida pelo amantissimo João Coelho Pereira (delegado do administrador do concelho). Em Santa Catarina, o regedor da freguesia relatou que, na noite anterior, ocorreu uma *escaramuça* "entre um grupo de filarmónicos e uns indivíduos capitaneados pelos manos Estrelas, que não pôdem ouvir as notas da Portuguesa sopradas pela flâmica que ali foi fundada pelo prior da freguesia"<sup>7</sup>. No dia seguinte, o padre Agnelo Monteiro Dinis compareceu, junto do administrador do concelho, para ser ouvido, mas, foi, desde logo, posto em liberdade. Este episódio, decorrido quase dois anos após a revolução, salienta a popularidade dos novos símbolos e as brigas da coexistência de dois mundos adversos. O hino nacional tornou-se um factor de união da população portuguesa, mas também um sinal do espírito republicano modernizador e emancipador. A Festa da Bandeira ou a da Árvore são celebrações, que evidenciam o culto cívico de nos valores republicanos de fraternidade de pátria. Desde o seu início, a República deveria ser uma realidade vivida e partilhada no caminho do progresso do país.

A recordação destes factos do dia-a-dia caldense reforça a importância do conhecimento do imaginário dos nossos antepassados. Ao percebermos a razão e trajecto dos seus passos, reconhecemos o valor dos ideais do regime republicano, bem como a sua força.

<sup>1</sup> In Carta da Comissão Paroquial Republicana das Caldas da Rainha dirigida ao Presidente da Comissão Municipal Republicana, de 18 de Janeiro de 1911 (assinada por Custódio Maldonado Freitas, Benigno dos Santos, José Bernardo, Albertino Antunes Leirão e João Barros).

<sup>2</sup> Numa outra carta do padre Constantino Augusto Sangreman Henriques, de 4 de Janeiro de 1911, refere-se que por ocasião de um enterro civil, registaram-se problemas por causa de existirem "

<sup>3</sup> Lugares reservados para a não católicos, que segundo a lei, ainda em vigor, o são todos os que preferem os actos civis L.J.F., in Carta do prior Constantino Augusto Sangreman Henriques dirigida ao Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, de 4 de Janeiro de 1911, AHMCR.

<sup>4</sup> In Acta da Sessão Ordinária da Comissão Municipal das Caldas da Rainha, de 18 de Janeiro de 1911, Arquivo Histórico Municipal das Caldas da Rainha (AHMCR).

<sup>5</sup> In Carta do Administrador do Concelho dirigida ao Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, de 8 de Novembro de 1912, AHMCR.

<sup>6</sup> In "Os acontecimentos de Santa Catarina", *Círculo das Caldas*, 9 de Janeiro de 1912, n.º 760, p.2.



# Malhoa, Columbano e a República

Lucília Verdelho da Costa



No dealbar do século XX, dois pintores disputavam a supremacia na cena artística nacional: Columbano e Malhoa. Tudo os diferenciava: Malhoa provinha dum meio urbano, Columbano dum meio rural; Malhoa preferia a pintura de paisagem, Columbano a de interior; um preferia a paisagem, o outro o retrato; e, enfim, um era conservador e monárquico, o outro liberal e

republicano.

Tudo, pois, os destinava, e ambos teriam, com a República, uma fortuna crítica diversa. A história desta projecção artística remonta aos anos 80 do século XIX. O retrato do *Grupo do Leão* de Columbano, tantas vezes analisado, que se encontra actualmente no Museu do Chiado e que se destinava a decorar a Cervejaria do Leão d'Ouro, no coração da Baixa lisboeta, mostra os dois pintores no mesmo lugar do ponto de vista da perspectiva, Malhoa encontrando-se sentado, e exactamente detrás dele, Columbano. Personagem de dândi, chapéu alto, o bastão debaixo do braço, formando com os dois outros personagens em pé na extremidade direita do quadro, um grupo mais compacto, Columbano estabelece um diálogo visual com o irmão, Rafael Bordalo Pinheiro, através de uma poderosa diagonal, e criando, com a figura de Malhoa, uma espécie de triângulo de grande efeito dinâmico, em oposição ao estatismo relativo dos restantes retratados.

Talvez uma idêntica ligação a uma cidade, Caldas da Rainha, os ligasse. Rafael Bordalo Pinheiro encontrava-se então extremamente empenhado na sua actividade cerâmica, e Malhoa, que conhecia os seus primeiros sucessos, aí virava a luz do dia. Porém, pouco sabemos das relações entre Columbano e Malhoa, à parte que, nos anos 80, pertenceram ambos ao Grupo do Leão, ao qual, por um posicionamento comum na vida artística portuguesa contra a tradição académica, Rafael indubitavelmente se associaria, na sua qualidade de caricaturista irreverente e artista de subversivo talento.

O Grupo do Leão introduziu uma ruptura importante na pintura portuguesa; a partir dos meados dos anos 80, esta não somente se libertou dos esquemas convencionais do Romantismo – e também do Realismo, mesmo se o Naturalismo, que inaugurou, é realista –, como se pôs ao diapásio da pintura francesa e europeia em geral, que as Exposições Universais tendiam a uniformizar, em grandes manifestações que reuniam artistas de todos os horizontes.

O sucesso de Malhoa deveu-se, essencialmente, ao Grupo do Leão, já que Malhoa, contrariamente a Columbano, não pôde estudar em Paris. O seu mentor, a sua escola, foi Silva Porto, no seio do Grupo. Columbano, se pertencia à mesma geração, não partilhava com ela os mesmos objectivos, que eram os de fazer aceitar, por uma burguesia ainda convencional, a pintura de ar livre e os valores cromáticos à margem das tradições académicas onde o desenho ocupava um lugar tradicional (e mesmo se todos estes pintores eram notáveis na arte de representar, e, portanto, de desenhar, pois todos eles receberam uma excelente formação académica).

Columbano, que tivera excelentes mestres em Paris, mesmo se se afirma muitas vezes o contrário, manifestou o seu talento como retratista, com uma técnica que se demarcava do retrato

tradicional, e um cromatismo especial, onde a mancha se afirmava pelo claro-escuro, e pelas cenas de interior, testemunhando do quotidiano das elites que fizeram a República.

Malhoa manteve uma maior ligação aos valores cromáticos introduzidos por Silva Porto e aprofundados por outras influências que não cabe, no âmbito deste artigo, abordar. Pela temática desenvolvida, que era uma nova reconciliação com os valores tradicionais da terra, através da descoberta do interior do país na obra realizada sobretudo em Figueiró dos Vinhos, Malhoa parecia opor-se, a partir dos meados dos anos 90, aos valores republicanos. De um modo de vista simplista, dir-se-ia que Malhoa simbolizava um Portugal reaccionário, por oposição a um Portugal progressista, urbano e moderno, que os personagens retratados por Columbano incarnavam.

Curiosamente, um dos grandes mecenas de Malhoa foi um republicano, José Relvas, que foi seu mentor e mecenas até vir a ser um importante personagem do Governo republicano. Mesmo assim, os dois homens mantiveram uma aparente amizade, de que Malhoa necessitava tanto mais quanto o mundo em que afirmara o seu sucesso – a mesma burguesia lisboeta, uma burguesia talvez menos bem pensante que a retratada por Columbano, mais conservadora –, parecia afundar-se no caos da instabilidade instaurada pela implantação da República, cujo centenário se comemora.

Contudo, tanto Malhoa, como Columbano, ocupavam lugares de destaque nas instituições oficiais e na cena artística nacional. Quando Malhoa começou a embrenhar-se pela pintura dos costumes e das cenas e paisagens da terra portuguesa, Columbano não somente entrou como professor da Academia de Belas-Artes, que simbolizava a continuidade da tradição académica, mesmo se integrara e absorvera a pintura de ar livre e o magistério de Silva Porto (e, depois, de Carlos Reis no seu seio), como se dedicou à pintura decorativa (palacetes citadinos, Museu de Artilharia, Escola Médica). Ao mesmo tempo, retratou todas as figuras marcantes da vida intelectual portuguesa. Após a instauração da República, retratou Teófilo Braga, Teixeira Gomes, ... e decorou ainda, nos anos vinte, a Sala dos Passos Perdidos, no Parlamento.

Talvez por isso, e também porque a pintura de Malhoa foi mais tarde assimilada à ideologia do Estado Novo, a oposição que se opera entre a pintura de um e outro é facilmente assimilável a valores ideológicos, Columbano acabando naturalmente por integrar as instituições do Governo republicano, não somente através das encomendas oficiais do novo regime, como também da nomeação, tão simbólica, para director do primeiro Museu nacional de arte contemporânea, logo em 1911. Os dois, porém, desempenharam um papel importante na Sociedade Nacional de Belas-Artes, criada em 1901, e que ambos viriam a presidir e onde os dois seriam premiados.

Curiosamente, porém, foi Columbano que incarnou a persistência do século XIX. A sua pintura, como os seus retratos, falam-nos de um mundo finissecular, que é o das ideias liberais, e da ideologia parlamentar, e dos ideais laicos e progressistas que conduziram à República,

desde a Revolução de 1820 que, de uma certa forma, a República completou, como um ciclo. Malhoa, que conquistara duramente o seu lugar ao sol, vê a sua clientela afundar-se. A morte da mulher vai contribuir para o distanciamento ainda mais do mundo em que vivera, vendendo a luxuosa casa-atelier que mandara construir numa das avenidas novas – depois chamada Av. 5 de Outubro –, para se mudar para as proximidades da Baixa, e aí quase reconhecendo uma nova carreira.

Depois da Revolução, Malhoa começou a expor sobretudo no estrangeiro, e também no Norte do país, no Porto, onde se encontrava uma nova clientela, menos abalada pelos acontecimentos da capital. Dedicou-se à paisagem, evo-



As Promessas, 1933. Museu José Malhoa

luiu no ar livre, consagrou-se às marinhas, retratou a burguesia nova. Se sofreu com as mudanças de regime, soube adaptar-se e soube adaptar a sua pintura ao tempo presente e, mais tarde, à evolução do tempo.

Columbano, não. Como tão bem o sublinhou Raul Brandão nas suas *Memórias*, Columbano foi um homem do passado, que viveu consigo mesmo, fiel a si mesmo, num ideal estético que era o seu, e que entre um modernismo de factura que lhe ficara da aprendizagem parisiense no atelier de Carolus-Duran, e a lição dos grandes mestres, como Velázquez, soube encontrar um estilo próprio, mas que é um vézulo irremediavelmente ligado a um mundo agonizante. Columbano contemplou-o com a sua visão interior, de artista que vive para dentro, diria Fialho de Almeida, ou Raul Brandão, e seguiu o seu caminho, como no quadro que nos deixou do Grupo do Leão, onde se retrata quase de costas para o grupo, como que deixando a cena, indiferente a motins, governos e estratégias de mercado.

A fidelidade do artista ao seu mundo, um mundo prostrado marcado pela conquista de um ideal estético reforçado pela consciência aguda do mundo e da percepção distanciada do tempo que passa, revela-se com nitidez nesta curiosa passagem de Raul Brandão: "Um dia destes jantei no *Leão Triste*, que estava abarrotado de mulheres, e o Columbano, sentado ao meu lado, disse: 'Ainda me lembro do tempo em que entrava nos restaurantes nenhuma mulher séria. Era uma vergonha! Hoje está tudo cheio de mulheres a comer nos restaurantes, porque há muito dinheiro e a falta de criadas é grande'". Foi este mundo em transformação que Malhoa soube captar, adaptando-se a uma nova clientela, e fazendo resurgir, nos anos 20, os valores rurais com que tinha alcançado a notoriedade, num país que se transformava e que tecia, como toda a Europa, a teia invisível do totalitarismo. Malhoa, talvez devido às suas raízes rurais, apontava para o Portugal novo.

Villarepos, 5 de Outubro de 2010



"O Grupo do Leão", 1885, óleo sobre tela de Columbano Bordoal Pinheiro

<sup>1</sup> Raul BRANDÃO, *Memórias* (T. III), Vol. I. Ed. de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Relógio d'Água, 2000, p. 181.



# O Trabalho e a República - algumas notas<sup>1</sup>

Cristina Rodrigues

Estávamos em 1908. Em Óbidos, como todos os anos até hoje, a 2 de Fevereiro comemorava-se o dia de Nossa Senhora da Graça, com banda a tocar no Largo de Santa Maria e toda a população reunida em festa. De repente, a figura de Júlio Carlos Schetini<sup>2</sup> assoma ao muro, junto ao pelourinho, e grita "Silêncio!", com um tom de voz que não admitia réplica. A música parou, o povo calou-se, os sons da festa deram lugar ao silêncio, e depois à palavra que anunciou a morte do Rei D. Carlos e de seu filho D. Luis Filipe, o príncipe herdeiro.

Em Óbidos, como no resto do país, a comemoração foi grande. A vila, tradicionalmente conservadora, vestiu-se de luto. A memória de família que trouxe até mim este momento lembra também as visitas da família real à vila e ao Paço Real, então em ruínas, que constituíam motivo de grande regozijo para os obidenses. Ao lado desta Óbidos tradicional, fervilhava um pequeno grupo de homens de ideais diferentes, agrupados em torno da loja maçónica Fraternidade, que terão visto o regicídio como um momento, certamente trágico, mas parte de um processo em curso que daria lugar a um novo regime, mais livre e mais justo.

Dois anos depois proclamava-se a República. Para muitos, era uma palavra mágica que traria consigo mais paz, mais justiça, mais fraternidade, a correção das profundas desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Este "programa" não se cumpriu, ficando muito aquém das expectativas dos republicanos, mas deve assinalar-se que entre 1910 e 1926 a evolução dos direitos dos trabalhadores, tal como consagrados na lei, é notável, sobretudo quanto à higiene, saúde e segurança no trabalho e ao horário de trabalho.

Quando às questões de salubridade e manipulação de matérias perigosas a legislação existente em 1910, excluindo alguns diplomas de alcance específico, datava de 1863, estando profundamente desactualizada. Em 1918 foi publicado o decreto que regulou de novo essa área, bem como a higiene e segurança dos operários em geral na actividade industrial. Em 1922 este

decreto é alargado também à actividade comercial e "em geral a todos os locais onde se exerce um trabalho profissional."

Os acidentes de trabalho apenas se encontram previstos no Código Civil, não existindo responsabilidade patronal perante o trabalhador acidentado, a menos que se viesse a provar a culpa ou negligência do patrão, o que tornava, na generalidade dos casos, a indemnização um acto voluntário e dependente da consciência social do patrão. Foi o regime republicano que, em 1913, legislou sobre esta matéria, prevendo o direito à assistência clínica, medicamentos e indemnizações às vítimas de acidentes de trabalho. Mais tarde, em Maio de 1919, este regime seria alargado também às vítimas de doenças profissionais, prevendo-se o seguro social obrigatório em ambos os casos. Nas palavras do legislador:

"Fica sendo agora, também, um dos sólidos fundamentos em que tem de assentar o novo estado social criado pela República, para tornar menos tormentosa a vida dos que só no trabalho intelectual ou no seu braço encontram a única garantia da manutenção da existência."

Quando ao descanso semanal, tinha sido publicada, em 1907, legislação que impunha o descanso semanal ao domingo. Em Março de 1911 novo diploma consagra o descanso de 24 horas semanais, por via de regra ao domingo, podendo ser fixado um outro dia de descanso pela Câmaras Municipais, desde que ouvidos os Presidentes das Juntas de Paróquia. Já no que se refere ao horário de trabalho não existia qualquer regra escrita até Janeiro de 1915, mês em que são publicadas duas leis que o fixam, no comércio e na indústria, em 10 horas por dia e 60 por semana. Em Maio de 1919, consagra-se o dia de trabalho de 8 horas e a semana de 48, indo ao encontro da primeira convenção adoptada pela Organização Internacional do Trabalho, de que Portugal foi país fundador, na sequência da participação na Grande Guerra.

Muitas outras alterações legais, com reflexo na vida dos trabalhadores, se devem à Repúbli-



Occorridos dos sr. Francisco Grandê à porta da Casa do Povo Sr. Maldonado Freitas, Deputado Afonso Ferreira, Dr. Adilino Pereira Gomes Rozendo Carvalhina, Ferreira do Amaral, Dr. Frazão de Peniche, Dr. Afonso Costa, engenheiro Amaral, de Joaquim Manuel Corria, Francisco Grandê, Sebastião de Lima, Gonçalves Neves (Presidente da Câmara Municipal das Caldas)

(Clichés de Arnaldo Silva)

A Casa do Povo da Foz de Arelho, "Ilustração Portuguesa. Edição semanal do jornal O Seculo", n.º 321, 15 de Abril de 1912, p. 508

ca e que poderíamos aqui reportar. Todavia, muitas vezes o grau de cumprimento das leis era muito baixo, não passando de boas intenções que ficavam no papel. Por outro lado, os trabalhadores rurais e os domésticos, mais de 50% da população activa, estavam fora do âmbito de aplicação da maioria das leis.

De que modo estas alterações legislativas se repercutiram na vida quotidiana dos habitantes da nossa região? Seria necessário, antes de mais, analisar a estrutura de ocupação profissional da população para avaliar quem teria beneficiado, pelo menos em teoria, destas melhorias. Vejamos apenas, como dois apontamentos, o que nos dizem, quanto a questões laborais, as actas das Vereações das Câmaras Municipais de Óbidos e de Caldas da Rainha.

Em 5 de Fevereiro de 1912 foram presentes à Vereação de Óbidos representações de vários comerciantes solicitando o não encerramento das lojas, mantendo-se no entanto o dia de descanso dos empregados, que havia sido fixado à segunda-feira, na sequência da legislação de 1911, que acima referimos. O Presidente da Câmara afirmou "que achava impraticável a fiscalização do descanso com as lojas abertas [e que provocaria] pressões sobre os empregados que para não perderem o emprego ou por não se queixarem contra o seu patrão, não seriam beneficiadas pela lei de descanso. Este "fez ainda ver aos reclama-

tes que o descanso continuaria rigorosamente à segunda-feira, que se devia respeitar...e que por tanto os estabelecimentos à segunda-feira só poderiam ser servidos exclusivamente pelos donos. Todos se manifestaram, excluindo os caixeiros, em cumprir assim rigorosamente a lei e o regulamento pelo que a Câmara deliberou por unanimidade atender às reclamações e alterar o regulamento do descanso semanal na parte relativa a essas reclamações." Em 20 de Junho de 1915, na sequência da legislação de Janeiro desse ano, a Câmara aprova o projecto do regulamento do horário de trabalho para os empregados do comércio do concelho.

Nas Caldas da Rainha, a Câmara Municipal, em 17 de Janeiro de 1914, debate os prejuízos da greve dos ferroviários e solicita a intervenção do Governo. Recorde-se que o direito à greve foi também uma conquista do período republicano, tornada possível logo em 1910, através da despenalização do artigo 277.º do Código Penal de então, que proibia o exercício da greve. Em Outubro de 1915, alguns populares manifestam-se contra o horário de trabalho dos empregados do comércio da vila, fixando o seu encerramento às 22 horas, tendo havido uma intervenção do Administrador do Concelho, que pacificou os ânimos.

Muito haveria, certamente, a descobrir sobre as reais condições de trabalho, na nossa região, no período da I República. Acompanhando o que se passou no resto do país, provavelmente concluiríamos que existia uma diferença dramática entre o país das leis e o país real, o que contribuiu para o descrédito do regime e para o desfazer do sonho, por muitos sonhado em 1910, de uma República mais fraterna e mais justa.



Operários da indústria têxtil que entregaram ao Parlamento uma petição sobre o projecto de lei dos acidentes de trabalho (Foto de Joshua Benoliel, 1911)

<sup>1</sup> Agradeço aos Drs. Ângela Oliveira e Ricardo Pereira, do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Óbidos e a Dra. Isabel Xavier, do PH - Património Histórico, a sua ajuda.

<sup>2</sup> Foi Chefe de Secretaria da Câmara Municipal de Óbidos e, por diversas vezes, membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Óbidos.



# «Glória aos vencidos!»

Isabel Castanheira



Bandeira hasteada no edifício da Casa da Câmara no dia 31 de Janeiro de 1891  
Reprodução de uma aguarela de Roque Gameiro

«Srs. Governados e governantes. Juizinho é que se que» – atira-nos num rompante Zé-povinho, ao mesmo tempo que bate com o indicador no meio da testa, para logo rematar com esta frase de profunda sabedoria popular: «Olhem ... uma couve é uma couve, fechada, ela é um repolho».



A Revolta do Porto – Pontos nos ii, 5 de Fevereiro de 1891  
Rafael Bordalo Pinheiro

Bem apessoado, de colete e fraque, calça curta, sapato afivelado, dá meia volta e, de bicórnio na cabeça, afasta-se saltitando, ao mesmo tempo que acena, dizendo: «Adeusinho, ... vou para o baile de máscaras».

É neste tom que Zé-povinho se nos dirige naquela manhã, de 5 de Fevereiro de 1891, nos «Pontos nos ii», vésperas de Entrudo.

Mas esta atmosfera carnavalesca, brinchanha, irónica, logo se ensombra na página seguinte, quando Irkan pega na pena e desenha a negro e em caixa alta, no topo da página, as duas colunas, o título do seu artigo: «Glória aos Vencidos».

Irkan – escritor de artes felinas – é, nada mais nada menos, do que o pseudónimo de Filhal de Almeida, cuja uma prosa ácida e crítica dedica o seu texto aos heróis vencidos da revolta de 31 de Janeiro, no Porto.

Começa por afirmar que:

«A revolução do Porto, que foi uma loucura tão inútil como esplêndida, deve lembrar à monarquia o quanto é rigoroso o prognóstico que mais d'uma vez daqui lhe temos feito, e fará ver aos republicanos a inconveniência de procederem por grupos avulsos, sem uma senha de ordem geral, e longe desse unicéusimo d'acção que faz sempre o êxito das grandes comédidas».

E chama a atenção para o seguinte facto:

«O país chegou ao ponto de maturação doutrinária, em que o passado é incompatível, e, em que no futuro só é provável uma solução».

Para mais tarde salientar:

Filhal de Almeida, In Memoriam. Org. António Barradas e Alberto Saavedra. 1917

«O país está na miséria, e as grandes nações da Europa conspiram todas, pelo seu silêncio, a favor dos latrocínios que nos promove a Inglaterra. N'este momento, não é bem de fórmulas de

governo que se trata: é do país. Se amanhã viesse a república, no dia seguinte a nossa situação seria duascentas vezes mais terrível, e este facto devia pesar no espírito dos revolucionários do Porto, por fôrma a fazê-los adiar para menos escabrosos dias, as suas explosões de heróico patriotismo. Ora isto é a razão crítica da revolta, que faz à banca da redacção ou do café, qualquer incharcosos da imprensa, com pouca coragem, e língua de sobra».

Desabafando ainda:

«O'ra em diante esses homens devem ser sagrados. Todos os republicanos sinceros lhes devem coroas cívicas, porque neste país de poltrões, eles são a bravura intemerata, porque n'este país de cínicos eles representam um ideal, – divina fé que expõe o corpo às balas, e marcha cantando para o sacrificio!»

Para finalmente concluir:

«De pouco faz porém que ao redor das masmorras venham os chacais uivar ao cheiro do sangue. Dizemo-lo aqui bem alto: de todos os cidadãos portugueses incursos na revolta, militares ou paisanos, nem um só, temos a certeza, há-de espiar pelo martírio a sua audácia. Porque nesse dia, não era o Porto só a erguer-se, seria o país inteiro, armando-se, terrível, para expulsar os algozes, depois de lhes ter marcado na

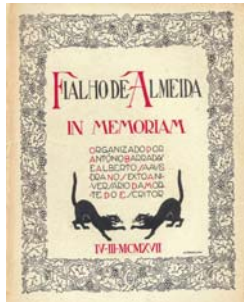
testa esta terrível legenda – d'assassinos!»

História da Revolta do Porto, João Chagas e Ex-Tenente Coelho. Empresa Democrática de Portugal, 1901

Este texto crítico e violento para com todos os intervenientes na falhada primeira tentativa de proclamação da República é completado por uma página dupla, ilustrada, da autoria de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, onde nos é dado ver o edifício da Câmara do Porto em cuja janela a República foi proclamada, bem como alguns objectos danificados na refrega, evidenciandose um retrato do Rei D. Carlos, atingido por um tiro.

Nos céus da cidade, ao sabor do vento ondula, por brevíssimas horas, uma bandeira de cor vermelho rubro, símbolo de um sonho logo desfeito em dor, sangue e morte.

Por vontade explícita de Rafael Bordalo Pinheiro, termina aqui a publicação do seu jornal «Pontos nos ii», que vinha sendo publicado desde



Filhal de Almeida, In Memoriam. Org. António Barradas e Alberto Saavedra. 1917

1885 e em cujas páginas são frequentes as referências às Caldas da Rainha e à Fábrica de Fátanças, a fábrica de Rafael.

Uma manobra de antecipação, pois se o director não tivesse encerrado o seu jornal, tê-lo-ia feito a Policia, sem sombra de qualquer dúvida, como Rafael tão bem sabia.

O jejum imposto ao jornal Bordaliano dura precisamente um mês. A 5 de Março de 1891 reaparece «O António Maria», no qual, ao longo dos anos subsequentes, o seu jornalista de serviço, Rafael Bordalo Pinheiro, fustiga sem contempção um Portugal de fim de século.



História da Revolta do Porto, João Chagas e Ex-Tenente Coelho. Empresa Democrática de Portugal, 1901